



PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS DA ESCOLA DOS SERVIÇOS



ESCOLA DOS SERVIÇOS 2024

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
EXÉRCITO PORTUGUÊS
COMANDO DO PESSOAL

ESCOLA DOS SERVIÇOS

DESPACHO

1. Aprovo, para implementação na Escola dos Serviços, o PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS.
2. Este plano é um documento classificado como NÃO CLASSIFICADO e não registado.
3. Podem ser feitos extratos deste documento sem autorização da entidade promulgadora.
4. O PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS DA ESCOLA DOS SERVIÇOS revoga o plano anterior, de 20 de janeiro de 2022, e entra em vigor a partir da data da publicação.

Póvoa de Varzim, 27 de março de 2024

O Comandante da Escola dos Serviços

Carlos Manuel Ferreira Guedes
Cor ADMIL

Página intencionalmente em branco

1.	Enquadramento	7
2.	Caracterização da Escola dos Serviços	8
a	Missão	8
b.	Competências	8
c.	Estrutura organizacional	9
d.	Entidades responsáveis	10
3.	Operacionalização	11
a.	Matriz de riscos	11
b.	Identificação das áreas/processos	13
c.	Conflito de interesses	13
d.	Denúncia	14
4.	Responsabilidades de execução	15
5.	Identificação dos riscos	16
a.	Glossário de riscos	16
b.	Matriz de riscos da Escola dos Serviços	16
6.	Revisão e disponibilização	17
a.	Revisão	17
b.	Disponibilização	17

ANEXOS

A	Estrutura orgânica e entidades responsáveis	A-1
B	Declaração de interesses	B-1
C	Glossário de riscos	C-1
D	Matriz de riscos da Escola dos Serviços	D-1

ESCOLA DOS SERVIÇOS

Audácia e Inteligência no Trabalho



1. ENQUADRAMENTO

- a. A Lei n.º 54/2008, de 4 de setembro, criou o Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC), entidade administrativa independente, a funcionar junto do Tribunal de Contas, que desenvolve uma atividade de âmbito nacional no domínio da prevenção da corrupção e infrações conexas.
- b. O CPC tem, desde então, efetuado recomendações neste âmbito, onde se destacam as recomendações sobre o tema dos Planos de Prevenção dos Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PPRCIC), determinando a sua elaboração por todos os serviços da administração pública.
- c. O Exército, através da Diretiva n.º 80/CEME/19, de 9 de maio, do PPRCIC, de 3 de fevereiro de 2020 e dos respetivos relatórios de execução anuais, tem difundido instruções para a prevenção da corrupção nas unidades, estabelecimentos e órgãos (U/E/O), fazendo uso da metodologia da Gestão do Risco conforme expresso no Anexo A – GESTÃO DO RISCO.
 - a. No âmbito financeiro, foi aprovado por despacho de 20 de maio de 2021 do MGEN Diretor de Finanças, o Manual de Procedimentos de Controlo Interno.
 - b. Através dos respetivos PPRCIC, o Comando do Pessoal e a Direção de Formação difundiram as suas orientações neste âmbito e determinaram as medidas de prevenção da corrupção dos respetivos escalões de comando.
 - c. O PPR da Escola dos Serviços identifica e contextualiza os potenciais riscos de gestão, corrupção e infrações conexas, apresentando diretrizes e medidas concretas para a sua prevenção, deteção e correção. Este plano é entendido como um instrumento de transparência e compromisso, que reflete uma cultura ética anticorrupção e a adoção de uma política de “tolerância zero” em todas as áreas de atividade da instituição, nomeadamente na formação e nas operações militares terrestres.

2. CARACTERIZAÇÃO DO ESCOLA DOS SERVIÇOS

Escola dos Serviços é uma Unidade de Formação do Exército Português hierarquicamente na dependência da Direção de Formação, por sua vez inserida na estrutura do Comando de Pessoal. A Escola dos Serviços contribuiu para leccionamento de formação a oficiais, sargentos, praças e funcionários civis do Exército e quando aplicável a outros ramos das Forças Armadas e Forças de Segurança.

a. Missão

A Escola dos Serviços concebe e ministra cursos de formação inicial, progressão na carreira e formação contínua, e participa, de acordo com as orientações superiores, na elaboração de doutrina, estudos técnicos e em projetos de investigação e desenvolvimento, e apronta a Companhia de Reabastecimento e Serviços (CReabSvc) das Forças de Apoio Geral e Apoio Militar de Emergência (FAPGer e AME).

b. Competências

- (a) Garantir a segurança da unidade e a disciplina dos efetivos que lhe sejam atribuídos.
- (b) Organizar, aprontar e manter a CReabSvc/FAPGer e AME.
- (c) Incorporar os militares destinados aos regimes de voluntariado e de contrato.
- (d) Ministrando os cursos de formação inicial, progressão na carreira e formação contínua aos militares dos QP e dos RV/RC.
- (e) Manter atualizada a oferta formativa da sua área de responsabilidade.
- (f) Orientar e supervisionar tecnicamente a formação ministrada nos polos de formação.
- (g) Garantir a certificação da formação qualificante e da formação militar da sua área de responsabilidade.
- (h) Participar em projetos de investigação e desenvolvimento e grupos de trabalho, de acordo com as orientações superiores.
- (i) Assegurar o desenvolvimento de todos os processos, metodologias, procedimentos e recursos utilizados no âmbito das diferentes fases do ciclo formativo.
- (j) Apoiar e participar na avaliação das competências, tendo em vista a respetiva certificação.
- (k) Coordenar, supervisionar e controlar a aplicação das medidas que visem garantir a segurança e a consequente minimização do risco na instrução, à sua responsabilidade relativamente à utilização das infraestruturas e à realização das atividades.
- (l) Prestar cuidados de saúde de proximidade, através da Unidade de Saúde Tipo II, aos militares do Exército, e, na sua capacidade sobrança, a outros utentes, de acordo com as diretivas superiores e ao abrigo de protocolos estabelecidos.
- (m) Colaborar em ações de apoio ao desenvolvimento e bem-estar da população, conforme lhe for determinado.

- (n) Coordenar, supervisionar e controlar a aplicação das medidas que visem a proteção ambiental.
- (o) Conduzir os projetos de Cooperação Técnico-Militar à sua responsabilidade.
- (p) Participar em ações de divulgação da prestação do serviço militar.
- (q) Planear e coordenar a manutenção das infraestruturas à sua responsabilidade.
- (r) Garantir o cumprimento das disposições legais sobre servidões militares na área à sua responsabilidade.
- (s) Orientar, coordenar e impulsionar a realização de atividades que contribuam para o desenvolvimento e fortalecimento do espírito de corpo dos serviços.
- (t) Realizar estudos técnicos associados, entre outros, ao reequipamento, à organização, doutrina, material e emprego das unidades dos serviços.
- (u) Ministrir estágios e cursos de formação e de atualização de condução auto.
- (v) Realizar exames de condução de viaturas militares e emitir os respetivos certificados de condução.

c. Estrutura Orgânica

A estrutura orgânica da Escola dos Serviços está definida no Quadro Orgânico de Pessoal nº QO n.º07.04.05 de 20 de Abril de 2020. Na sua orgânica tem um estado maior, um departamento de formação, um Batalhão de Apoio à Formação com duas companhias destinadas à formação, uma Companhia de Comando e Serviços para sustentar a Escola na sua missão e uma Companhia de Reabastecimento e Serviços das Forças de Apoio Geral para apoio das Forças terrestres em campanha, treino e exercícios.

A estrutura organizacional da Escola dos Serviços é apresentada através do organograma apresentado na Figura 1.

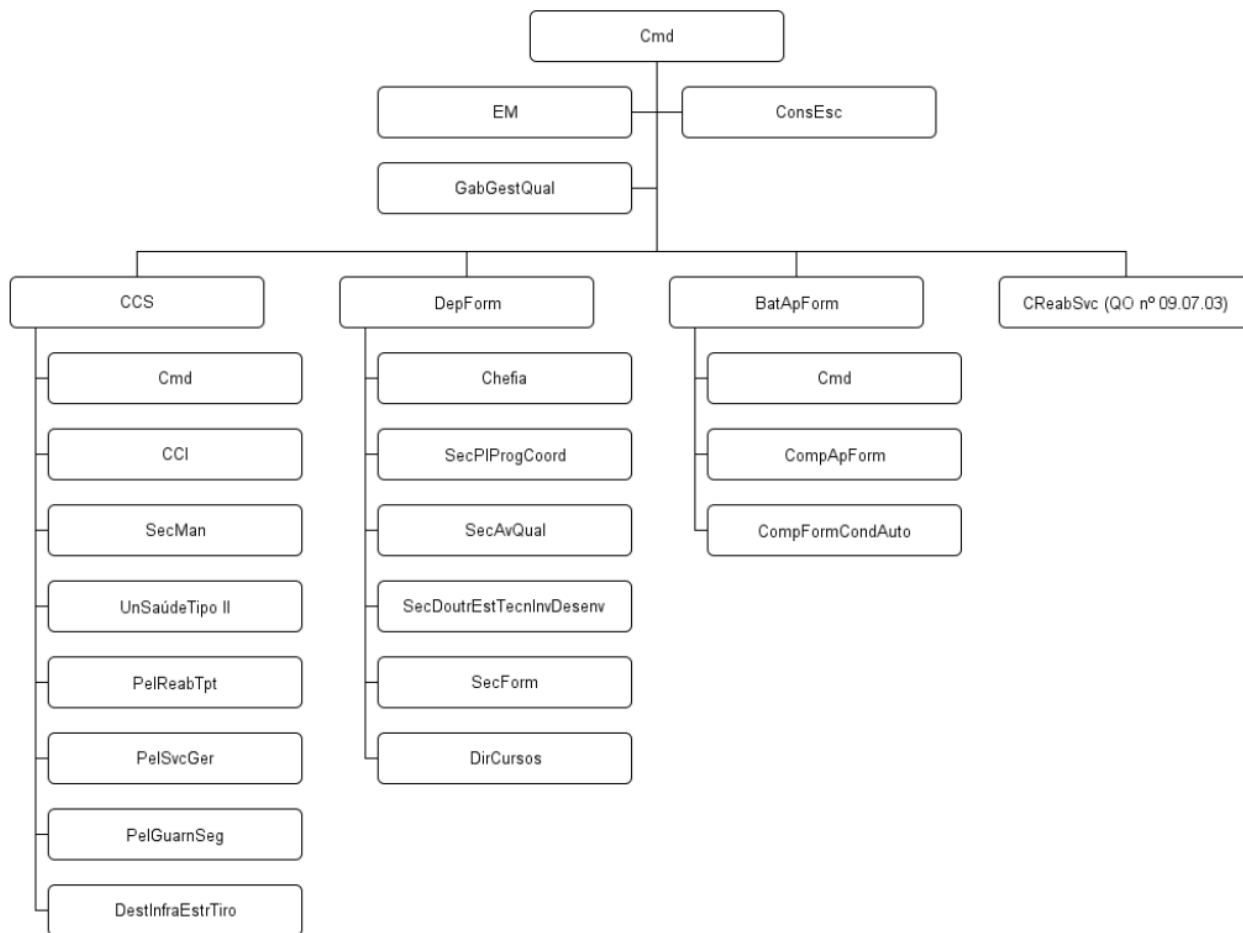


Figura 1 – Organograma da Escola dos Serviços.

d. Entidades responsáveis

A identificação das entidades responsáveis encontra-se apresentada no Anexo A (ESTRUTURA ORGÂNICA E ENTIDADES RESPONSÁVEIS) ao presente plano.

3. OPERACIONALIZAÇÃO

O PPR da Escola dos Serviços aplica o método de gestão do risco preconizado na Publicação Administrativa do Exército (PAE) – A3, Manual de Gestão do Risco do Exército, onde é estabelecida a estrutura, a metodologia e o processo de gestão do risco do Exército.

a. Matriz de riscos

A matriz de riscos apresentada neste plano decorre da identificação dos eventos/situações de risco em cada área/processo de atividade Escola dos Serviços e dos inerentes riscos específicos associados. Após a avaliação dos riscos, foram estabelecidas as medidas de controlo necessárias para prevenir, detetar e/ou corrigir a ocorrência de eventos indesejáveis.

A sua ampla divulgação contribuirá para prevenir e combater os fenómenos de corrupção e infrações conexas, através da sensibilização e esclarecimento dos militares e trabalhadores Escola dos Serviços.

A quantificação da probabilidade dos riscos é realizada conforme os critérios descritos no Quadro 1:

Grau de Probabilidade	Descrição
3 (Alto)	Repete-se com elevada frequência no prazo associado ao objetivo ou há muitos indícios de que ocorrerá nesse horizonte. (probabilidade $\geq 70\%$)
2 (Médio)	Repete-se com frequência razoável no prazo associado ao objetivo ou existem indícios que possa ocorrer nesse horizonte. (probabilidade $\geq 20\%$ e $< 70\%$)
1 (Baixo)	Não existe histórico conhecido do evento, não existem indícios que evidenciem a sua ocorrência ou o histórico conhecido e a análise da amostra aponta para baixa frequência de ocorrência no prazo associado ao objetivo. (probabilidade $< 20\%$)

Quadro 1 – Critérios de quantificação da probabilidade de ocorrência dos riscos.

A quantificação do impacto dos riscos é realizada conforme os critérios descritos no Quadro 2:

Grau de Impacto	Descrição
3 (Alto)	Compromete quase totalmente ou totalmente o alcançar de determinado objetivo ou resultado.
2 (Médio)	Compromete moderadamente o alcançar de determinado objetivo ou resultado.

1 (Baixo)	Não compromete ou compromete minimamente o objetivo ou resultado, não afetando o alcançar de determinado objetivo ou resultado.
---------------------	---

Quadro 2 – Critérios de quantificação do impacto dos riscos.

O grau atribuído a cada risco [grau de risco (GR)] resulta do cálculo do produto do grau de probabilidade (GP) pelo grau de impacto (GI) ($GR=GP \times GI$), conforme apresentado no Quadro 3.

Grau de risco		Probabilidade de ocorrência		
		1 (Baixo)	2 (Média)	3 (Alta)
Impacto previsível	3 (Alto)	3 (Médio)	6 (Alto)	9 (Alto)
	2 (Médio)	2 (Baixo)	4 (Médio)	6 (Alto)
	1 (Baixo)	1 (Baixo)	2 (Baixo)	3 (Médio)

Quadro 3 – Avaliação do grau de risco.

A relação entre o grau de risco (quantitativo) e a significância do risco (qualitativo) é estabelecida de acordo com o Quadro 4.

Grau de risco ou significância	Ação
Alto (High - H)	<ul style="list-style-type: none"> Comprometimento ou grave prejuízo no cumprimento da missão ou do objetivo. Danos suscetíveis de comprometer a estratégia, o desempenho e as atividades operacionais. Impacto elevado em termos de eventuais responsabilidades financeira, criminal, disciplinar ou contraordenacional. Grande prejuízo na imagem e reputação institucional a nível nacional e internacional. Efeitos negativos na confiança dos cidadãos e na integridade das instituições públicas.
Médio (Moderate – M)	<ul style="list-style-type: none"> Impacto pouco significativo no cumprimento da missão ou do objetivo Danos que afetam moderadamente a imagem institucional ou o desempenho e as atividades operacionais, requerendo reorganização de processos ou recursos. Impacto moderado em termos de eventuais responsabilidades financeira, criminal ou contraordenacional. Efeitos moderados ao nível da conduta profissional ou em sede disciplinar. Impacto desconhecido ou não determinável <i>ex ante</i>.
Baixo (Low - L)	<ul style="list-style-type: none"> Impacto negligenciável no cumprimento da missão ou do objetivo. Baixo impacto na imagem institucional.

Quadro 4 – Relação entre o grau de risco e a significância.

b. Identificação das áreas/processos

Considerando as missões atribuídas à Escola dos Serviços e o seu organigrama, foram estabelecidas as áreas/processos a seguir elencadas, com o respetivo gestor local responsável, para a identificação de riscos de corrupção e infrações conexas:

Área/Processo
Apoio social
Aquisição de bens e serviços/empreitadas
Bens de natureza cultural
Comunicação externa
Ensino superior
Estudo, conceção, planeamento, coordenação e supervisão
Formação
Gestão de informação
Gestão de pessoal
Gestão financeira
Gestão patrimonial
Operações militares terrestres
Saúde

Quadro 5 – Identificação das áreas/processos críticos e respetivo gestor sectorial.

c. Conflito de interesses

Na sequência das recomendações do CPC de 7 de novembro de 2012 e de 8 de janeiro de 2020, impõe-se ao Exército a criação e aplicação de medidas preventivas da ocorrência de conflitos de interesse, bem como a implementação de mecanismos de acompanhamento e gestão.

Em consonância com a definição de conflito de interesses no Setor Público patente nas recomendações supracitadas e no âmbito das incompatibilidades e acumulações previstas no artigo 14.º do EMFAR, nas garantias de imparcialidade estabelecidas nos artigos 19.º a 24.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LGTFP) e nos artigos 69.º a 76.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), verifica-se a existência de conflito de interesses sempre que os militares e trabalhadores civis do Exército, por força do exercício de funções ou por causa delas, tenham de tomar decisões ou tenham contacto com procedimentos administrativos de qualquer natureza, que possam afetar ou em que possam estar em causa interesses particulares, seus ou de terceiros, e que, por essa via, prejudiquem ou possam vir a prejudicar a isenção e o rigor das decisões administrativas que tenham de ser tomadas, ou que possam suscitar dúvida sobre a isenção e o rigor que são devidos ao exercício de funções públicas.

Todos os militares e trabalhadores civis que prestam serviço na Escola dos Serviços devem preencher, no início do desempenho de cargo ou função, a declaração de interesses em Anexo B (DECLARAÇÃO DE INTERESSES). Após analisadas, as declarações de interesses que revelam conflito de interesses no desempenho cargo ou função pelos seus militares e trabalhadores civis serão enviadas para avaliação do Comando do Pessoal.

d. Denúncia

A suspeita da prática de atos de corrupção ou de infrações conexas no Exército, parte de qualquer particular, pessoa singular ou coletiva, nacional ou estrangeira, carece de denúncia obrigatória por parte do militar ou trabalhador civil do Exército que tenha conhecimento dos factos.

Qualquer situação de corrupção ou infração conexa deverá ser denunciada ao Ministério Público ou a outra entidade judicial ou policial, verbalmente, por escrito, ou através de formulário eletrónico disponível no portal da Procuradoria Geral da República.

Não obstante do procedimento anteriormente aludido, permanecem ao dispor do militar e trabalhador civil do Exército o recurso aos serviços de polícia criminal da Polícia Judiciária Militar (PJM), a possibilidade de comunicar ao superior hierárquico através de participação escrita ou verbal e o canal de denúncia interno, acessível através das páginas do Exército na internet e intranet, devidamente regulado e confidencial.

4. RESPONSABILIDADES DE EXECUÇÃO

A atribuição de responsabilidades no âmbito do PPR da Escola dos Serviços decorre da Diretiva n.º 173/CEME/23, de 8 de agosto de 2023, Programa de cumprimento normativo do RGPC no Exército, e da PAE–A3, Manual de Gestão do Risco do Exército, nomeadamente:

- a.** Executar as atividades do Exército, em linha com os objetivos definidos, os recursos disponibilizados e as competências delegadas.
- b.** Garantir a conformidade com a lei, a regulamentação e as orientações superiores.
- c.** Estabelecer e operacionalizar estruturas, processos e controlos internos apropriados à gestão de riscos, nas suas áreas de atividade.
- d.** Assegurar que toda a sua atividade está de acordo com a lei e os regulamentos em vigor e de acordo com o previsto no Código de Ética e Conduta do Exército (CECE).
- e.** Identificar e comunicar as falhas de controlo.
- f.** Apresentar outras responsabilidades julgadas por convenientes no âmbito da especificidade da Escola dos Serviços.

5. IDENTIFICAÇÃO DOS RISCOS

Em linha com a política de gestão do risco do Exército e tendo como referência o processo estabelecido pela PAE–A3, Manual de Gestão do Risco do Exército, foram identificadas medidas para reduzir a probabilidade de ocorrência, alertar e/ou detetar um evento indesejado e mitigar o impacto dos riscos de corrupção e infrações conexas elencados, incluído os de gestão, dando assim cumprimento ao estabelecido no RGPC e atendendo as recomendações do CPC.

a. **Glossário de riscos**

A Escola dos Serviços identificou e classificou os seus riscos de corrupção e infrações conexas, incluído os de gestão, de acordo com o Quadro 6 apresentado no Anexo C (GLOSSÁRIO DE RISCOS).

b. **Matriz de riscos da Escola dos Serviços**

As medidas de controlo implementadas e/ou a implementar pela Escola dos Serviços estão definidas no quadro 7 apresentado no Anexo D (MATRIZ DE RISCOS DA ESCOLA DOS SERVIÇOS).

6. REVISÃO E DISPONIBILIZAÇÃO

a. Revisão

O PPR da Escola dos Serviços deve ser revisto a cada três anos, ou sempre que se justifique, decorrendo das atividades de monitorização do sistema de controlo interno.

b. Disponibilização

O PPR da Escola dos Serviços e os respetivos relatórios de avaliação intercalar e avaliação anua serão divulgados na página da Escola dos Serviços na intranet do Exército, no prazo de 10 dias desde a sua homologação.

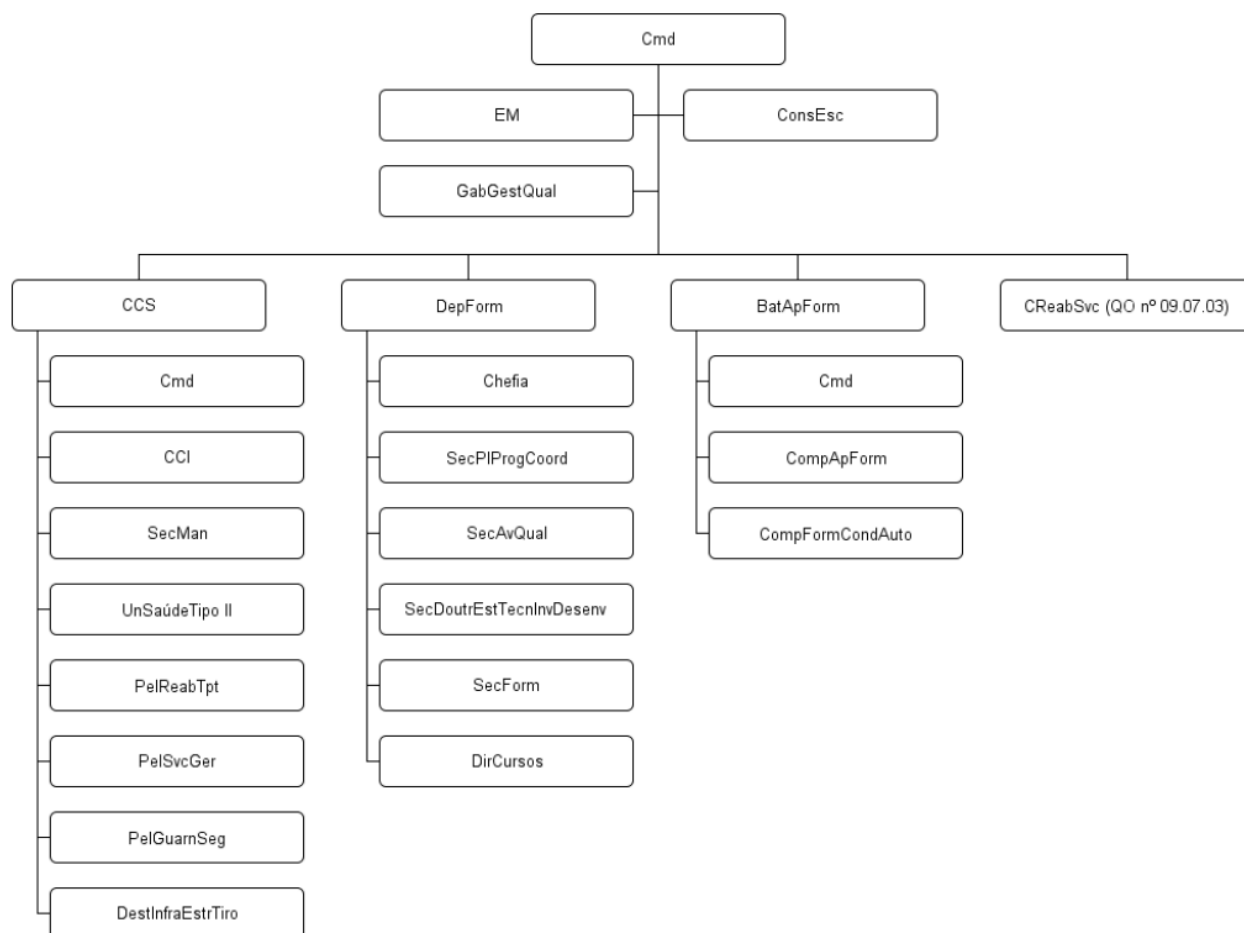
Página intencionalmente em branco

ANEXOS

Página intencionalmente em branco

ANEXO A – ESTRUTURA ORGÂNICA E ENTIDADES RESPONSÁVEIS

1. Organigrama



2. Identificação dos responsáveis

U/E/O	Cargo
Escola dos Serviços	Comandante da Escola dos Serviços
Estado Maior	Chefe de Estado Maior
Secção de Pessoal	Chefe da Secção Estado Maior de Pessoal
Secção de Informações, Operações e Segurança	Chefe da Secção Estado Maior de Informações, Operações e Segurança
Secção de Logística	Chefe da Secção Estado Maior de Logística
Departamento de Formação	Chefe de Departamento de Formação
Batalhão de Apoio à Formação	Comandante do Batalhão de Apoio à Formação
Companhia de Comando e Serviços	Comandante de Companhia de Comando e Serviços
Companhia de Apoio à Formação	Comandante de Companhia de Apoio à Formação
Companhia de Formação de Condução Auto	Comandante de Companhia de Formação de Condução Auto

Companhia de Reabastecimento e Serviços	Comandante de Companhia de Reabastecimento e Serviços
Secção de Formação	Chefe da Secção de Formação
Secção de Avaliação e Qualidade	Chefe da Secção de Avaliação e Qualidade
Secção de Planeamento e Programação e Coordenação	Chefe da Secção de Planeamento e Programação e Coordenação
Secção de Doutrina e Estudo Técnicos	Chefe da Secção de Doutrina

ANEXO B – DECLARAÇÃO DE INTERESSES

DECLARAÇÃO DE INTERESSES

A presente declaração visa prevenir a existência de conflitos de interesses e assegurar a transparência, a integridade técnica e a imparcialidade da atividade desenvolvida pelos militares e trabalhadores civis do Exército Português, no âmbito das atribuições que lhe estão cometidas.

Eu, _____ (POSTO), _____ (NIM), _____
_____ (NOME), a desempenhar o cargo de
_____ (CARGO), no
_____ (U/E/O), declaro, sob compromisso de honra, que no âmbito
do exercício das minhas funções considero (assinalar a situação aplicável):

- ☐ Poder estar perante situações passíveis de configurar um conflito de interesses.
Nesse sentido e com o intuito de comunicar essa incompatibilidade procedo à
seguinte declaração de conflito de interesse:

_____.

- ☐ Não estar ou poder vir a estar perante situações passíveis de configurar um
conflito de interesses.

Declaro ainda que as informações aqui fornecidas são corretas e que não existe qualquer situação adicional de conflito de interesses, efetiva, aparente ou potencial que seja do meu conhecimento, comprometendo-me a comunicar, de imediato, quaisquer casos de ocorrência superveniente de conflito de interesses, os quais carecem obrigatoriamente do preenchimento de uma nova declaração.

_____ (LOCAL), ____ de _____ de _____ (DATA)

O Declarante

Página intencionalmente em branco

ANEXO C – GLOSSÁRIO DE RISCOS

Categoria	Nome do Risco	Descrição do Risco
Estratégico	R1 - Risco de continuidade de atividade	Risco de perdas decorrentes da incapacidade da organização manter a sua atividade, após a ocorrência de eventos catastróficos, falhas, ruturas ou falta de utilidade dos seus processos de negócio, insuficiência de recursos financeiros, humanos, materiais ou informacionais.
	R2 - Risco de imagem	Risco de perdas decorrentes de alterações da imagem, credibilidade e reputação da organização junto dos seus <i>stakeholders</i> .
	R3 - Risco de concorrência	Risco de perdas associadas à possibilidade de determinada atividade passar a ser realizada por outra organização.
	R4 - Risco de avaliação de desempenho	Risco de perdas decorrentes da impossibilidade ou dificuldade em avaliar, de forma fiável, o desempenho da organização, por falta de alinhamento estratégico e desdobramento dos vários tipos de objetivos (estratégicos, operacionais e conformidade), indicadores e metas ao longo de toda a estrutura organizacional.
	R5 - Risco de liderança	Risco de perdas pelo facto dos dirigentes da organização não incutirem liderança, com vista a uma gestão efetiva, estratégica e participativa dos dirigentes e colaboradores, capaz de influenciar dinamicamente toda a organização.
	R6 - Risco de comunicação	Risco de perdas de uma comunicação ineficaz da estratégia, com efeitos no desenvolvimento de uma visão única da organização e dos modelos de gestão que se pretendem implementar para atingir os objetivos delineados.
Operacional	R7 - Risco de falha de infraestruturas e equipamentos	Risco de perdas por falhas nos equipamentos elétricos, de processamento e transmissão de dados, telefónicos, de segurança da organização, etc.
	R8 - Risco de insuficiência de pessoas	Risco de perdas decorrentes da ausência de recursos humanos para o normal desempenho dos serviços prestados pela organização, da qual pode resultar na limitação da capacidade instalada, perdas financeiras, aumento dos custos organizativos (ex. horas extraordinárias).
	R9 - Risco de gestão do conhecimento e de aprendizagem organizacional	Risco de perdas associadas ao deficiente modelo de gestão de conhecimento da organização, no que respeita a existência de um conjunto de práticas que facilitem a formação das pessoas e a partilha dos conhecimentos pela organização, através da sua identificação, tratamento, retenção e disponibilização, de forma a poder ser usado por outros indivíduos para além dos progenitores.
	R10 - Risco de motivação e produtividade	Risco de perdas associadas ao modelo de avaliação de desempenho adotado pela organização, nomeadamente no que respeita à ausência de mecanismos que assegurem a diferenciação de desempenho, a definições de competências e de indicadores rigorosos de medição do desempenho, resultando em avaliações pouco objetivas e injustas.
	R11 - Risco financeiro	Risco de perdas financeiras resultantes da inexistência ou incumprimento de procedimentos legais e regulamentares (ex. incumprimento de compromissos com fornecedores, ocorrência de situações de fraude, etc.).
	R12 - Risco de aumento dos custos organizacionais	Risco de perdas resultantes da não otimização dos recursos disponíveis de suporte à atividade da organização, nomeadamente a existência de atividades redundantes e sem valor para a organização, com impacto na sua estrutura financeira.
	R13 - Risco de responsabilidade civil, criminal, financeira (sancionatória e reintegradora)	Risco de perdas decorrentes de tomada de decisões ou realização de ações não autorizadas, ilegais ou inaceitáveis por parte de dirigentes e colaboradores da organização. Isto é, risco da organização e dos seus colaboradores incorrerem em responsabilidades (civil, criminal, financeira, sancionatória e reintegradora) pelo não incumprimento de normas e legislação em vigor (ex. Código da contratação pública; legislação laboral; legislação ambiental, etc.).

Categoria	Nome do Risco	Descrição do Risco
	R14 - Risco de crédito	Risco de perdas financeiras devido ao incumprimento de um contrato ou incapacidade de receber pagamentos devidos por serviços prestados ou transações financeiras realizadas.
	R15 - Risco de segurança e saúde no trabalho	Risco de perdas resultantes da organização ou dos seus responsáveis incorrerem em penalizações ou danos devido a acidentes de trabalho ou a doenças profissionais de colaboradores ou de terceiros, decorrente nomeadamente da inexistência ou deficiente comunicação de medidas e normas de segurança adequadas, do incumprimento ou desrespeito de normas de saúde, higiene e segurança no trabalho.
	R16 - Risco para o ambiente	Risco que resulte em danos para o ambiente, onde se incluem os recursos hídricos, o solo, o ar, a paisagem e a biodiversidade. Risco de ineficiência resultante do rácio entre o desempenho energético e a energia utilizada para o efeito.
	R17 - Risco de Concorrência Desleal	Risco de perdas devido a práticas injustas, antiéticas ou ilegais de entidades e/ou organizações, que procuram obter vantagens indevidas, incluindo o acesso a segredo de fabrico ou conhecimento específico, ou prejudicar a capacidade da instituição cumprir as suas missões e/ou atividades.
Relato	R18 - Risco de integridade da informação	Risco de perdas resultantes dos sistemas de informação da organização não garantirem a integridade (completa, exata e fiável) da informação na sua obtenção e processamento.
	R19 - Risco de segurança da informação	Risco de perdas resultantes dos sistemas de informação da organização não garantirem a segurança da informação (disponibilidade, confidencialidade e acesso / disponibilidade) na sua obtenção e processamento.
Conformidade	R20 - Risco legal	Risco de perdas associadas a eventos que possam resultar em incumprimento de legislação por parte da organização, dos seus dirigentes e colaboradores (ex. Código da contratação pública; legislação laboral; legislação ambiental, etc.).
	R21 - Risco de regularidade financeira	Risco de perdas associadas a eventos que possam resultar em incumprimento de legislação por parte da organização, dos seus dirigentes e colaboradores, em particular no âmbito da gestão financeira dos recursos públicos (ex. Código da contratação pública; Lei de enquadramento orçamental; Lei do orçamento de estado; Decreto-Lei de execução orçamental, etc.).
	R22 - Risco normativo	Risco de perdas associadas a eventos que possam resultar em incumprimento ou desatualização de normativo interno por parte da organização, dos seus dirigentes e colaboradores.
Corrupção e infrações conexas	R23 - Risco de fraude ou corrupção	Risco de perdas associadas a esquema ilícito ou de má fé criado para obter ganhos pessoais.
	R24 - Risco de tráfico de influências	Risco de perdas decorrentes de uma prática ilegal de uma pessoa, em que esta se aproveita da sua posição privilegiada dentro da organização, ou das suas conexões com pessoas em posição de autoridade, para obter favores ou benefícios para terceiros, geralmente em troca de favores ou pagamento.
	R25 - Risco de peculato	Risco de perdas decorrentes de um crime próprio do funcionário contra a administração, praticada por qualquer pessoa contra o seu património que o funcionário tem posse justamente em razão do cargo/função que exerce.
	R26 - Risco de suborno	Risco de perdas decorrentes da prática de prometer, oferecer ou pagar a uma autoridade, governante ou funcionário público qualquer quantidade de dinheiro ou quaisquer outros favores para que a pessoa em questão deixe de se portar eticamente com seus deveres profissionais.
	R27 - Risco de abuso de poder	Risco de perdas decorrentes do ato ou efeito de impor a vontade de um sobre a de outro, tendo por base o exercício do poder, sem considerar as leis vigentes.

Categoria	Nome do Risco	Descrição do Risco
	R28 - Risco de conluio	Risco de perdas associado a eventos suscetíveis de proporcionar a obtenção de ganhos pessoais e ou benefícios por parte de outrem em detrimento do interesse publico ou institucional.
	R29 – Risco de concussão	Risco de perdas associado a conduta do funcionário que, no exercício das suas funções ou de poderes de facto delas decorrentes, por si ou por interposta pessoa com o seu consentimento ou ratificação, receber, para si, para o Estado ou para terceiro, mediante indução em erro ou aproveitamento de erro da vítima, vantagem patrimonial que lhe não seja devida, ou seja superior à devida, nomeadamente contribuição, taxa, emolumento, multa ou coima.

Quadro 6 – Glossário de riscos.

Página intencionalmente em branco

ANEXO D – MATRIZ DE RISCOS DA ESCOLA DOS SERVIÇOS

ÁREA / PROCESSO	SUB-ÁREA / SUBPROCESSO	EVENTO / POTENCIAL SITUAÇÃO DE RISCO	RISCOS IDENTIFICADOS	POTENCIAL CONFLITO DE INTERESSES	GP	GI	GR	MEDIDAS DE CONTROLO	CONTRIBUI PARA O PPR EXÉRCITO	CONTRIBUI PARA O PPR U/E/O
1.Aquisição de bens e serviços/empreitadas	1.Planeamento da Contratação	1.Avaliação das necessidades	R12 – Risco de aumento dos custos organizacionais	Sim	2 (Médio)	2 (Médio)	4 (Médio)	<u>Preventivas</u> 1. Registo da informação sobre aquisições anteriores; 2. Verificação da documentação de suporte da necessidade (justificação formal, Listas de Trabalhos, Memórias Descritivas, Especificações Técnicas, entre outros); 3. Planos de necessidades; 4. Registo das consultas preliminares adotando o procedimento previsto no artigo 35.º-A, do Código de Contratação Pública (CCP); 5. Analisar alternativas baseadas na utilização de recursos próprios ou no seu reforço. <u>Detetivas</u> 6. Verificar o enquadramento da necessidade no Plano de Atividades e demais instrumentos de planeamento (Planos de Obras, Aquisições, Manutenção, Reabastecimentos, Movimentos e Transportes, etc.); 7. Avaliar o exercício em curso em função do histórico das aquisições/fornecedores com origem em necessidades do serviço e da mesma natureza, incluindo níveis de qualidade e preços praticados. <u>Corretivas</u> 8. Revisão dos planeamentos, revendo as prioridades de acordo com critérios de alinhamento estratégico e valor acrescentado.	X	
	2.Procedimentos pré-contratuais	2.Recurso a ajuste direto, quando baseado em critérios materiais	R2 – Risco de Imagem R21 - Risco de regularidade financeira	Sim	1 (Baixo) 1 (Baixo)	2 (Médio) 2 (Médio)	2 (Baixo) 2 (Baixo)	<u>Preventivas</u> 9. Cumprimento rigoroso das normas quanto à justificação inequívoca, por recurso a fundamentação objetiva e documentada, para a adoção de procedimentos não concorrenciais com base em critérios materiais (ajuste direto por urgência imperiosa ou por motivos de aptidão técnica ou artística). <u>Detetivas</u> 10. Efetuar auditorias internas aos processos de aquisição no sentido de confirmação do cumprimento do normativo legal. <u>Corretivas</u> 11. Proceder à revisão do normativo interno quando tal se justifique.	X	
		3.Conluio entre os adjudicatários e os funcionários	R13 - Risco de responsabilidade civil, criminal, financeira (sancionatória e reintegratória) R21 - Risco de regularidade financeira	Sim	1 (Baixo) 1 (Baixo)	2 (Médio) 2 (Médio)	2 (Baixo) 2 (Baixo)	<u>Preventivas</u> 12. Adoção do concurso público como procedimento regra para a contratação; 13. Assegurar a segregação de funções na seleção inicial de fornecedores e no processo de escolha da entidade contratada; 14. Não permitir que os intervenientes nos processos aquisitivos se mantenham por mais de três anos nas mesmas funções. <u>Detetivas</u> 15. Efetuar auditorias internas aos processos de aquisição no sentido de confirmação do cumprimento do normativo legal e do normativo instituído; 16. Investigação célere de casos denunciados. <u>Corretivas</u> 17. Substituir o interveniente no processo quando detetadas situações que se enquadrem nesta tipologia de risco.	X	
		4.Preferência quanto a procedimentos adjudicatórios por ajuste direto	R28 - Risco de conluio. R29 – Risco de concussão	Sim	2 (Médio) 2 (Médio)	1 (Baixo) 1 (Baixo)	2 (Baixo) 2 (Baixo)	<u>Preventivas</u> 18. Promover a consulta a mais do que um fornecedor, mesmo que o procedimento se enquadre no ajuste direto simplificado; 19. Desenvolvimento do processo aquisitivo pela Plataforma Eletrónica de Contratação Pública (PECP), sempre que exequível; 12. Adoção do concurso público como procedimento regra para a contratação. <u>Detetivas</u> 20. Implementação de um sistema de avaliação do desempenho dos fornecedores, com base em critérios previamente estabelecidos.	X	
		5.Especificações Técnicas (ET) no caderno de encargos	R16 – Risco para o ambiente R20 - Risco legal R21 - Risco de regularidade financeira	Não	1 (Baixo) 1 (Baixo) 1 (Baixo)	2 (Médio) 2 (Médio) 2 (Médio)	2 (Baixo) 2 (Baixo) 2 (Baixo)	<u>Preventivas</u> 21. Exigência de certificação pela ISO 14001 (Certificação para o Sistema de Gestão Ambiental); 22. Incluir nas ET critérios de proteção ambiental ao longo de todo o ciclo/cadeia de produção, desde o processo de fabrico/escolha das matérias primas até ao final da vida útil (reciclagem/reutilização dos produtos e a sua incorporação novamente na cadeia de valor, privilegiando sempre a economia circular) de forma a garantir que os projetos e contratos possuam um baixo/nulo impacto ambiental;	X	

ÁREA / PROCESSO	SUB-ÁREA / SUBPROCESSO	EVENTO / POTENCIAL SITUAÇÃO DE RISCO	RISCOS IDENTIFICADOS	POTENCIAL CONFLITO DE INTERESSES	GP	GI	GR	MEDIDAS DE CONTROLO	CONTRIBUI PARA O PPR EXÉRCITO	CONTRIBUI PARA O PPR U/E/O
								23. Assegurar que as fichas técnicas dos bens a fornecer contemplam informação acerca da sustentabilidade das matérias primas utilizadas e uso de materiais reciclados utilizados como matérias-primas; 24. Assegurar que existe um Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição (PPGRCD) para a Empreitada de Obras Públicas (EOP); 25. Prever a necessidade de obtenção de licenças ambientais para a execução de EOP. <u>Detetivas</u> 26. Verificar a existência do PPGRCD nas propostas no âmbito das EOP, assim como exigir que ao logo do processo de execução sejam fornecidos os comprovativos da correta gestão dos resíduos, através da partilha da Guia eletrónica de Acompanhamento de Resíduos (e-GAR). <u>Corretivas</u> 27. Efetuar comunicação à Agência Portuguesa do Ambiente (APA) sempre que não se verificarem o cumprimento dos requisitos legais ao nível da proteção ambiental, ou junto das respetivas Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regionais (CCDR).		
		6.Definição dos critérios de avaliação das propostas, quando o critério de adjudicação for o da proposta economicamente mais vantajosa	R20 - Risco legal R21 - Risco de regularidade financeira	Sim	2 (Médio) 2 (Médio)	2 (Médio) 2 (Médio)	4 (Médio) 4 (Médio)	<u>Preventivas</u> 28. Assegurar que o modelo de avaliação das propostas tem um carácter objetivo e se baseia em dados quantificáveis e comparáveis; 29. Assegurar que os fatores e subfatores de avaliação das propostas e a sua ponderação relativa são os adequados à natureza e objetivos da aquisição e estão enunciados de forma clara e suficientemente pormenorizada no programa do procedimento ou no convite; 30. Assegurar a conformidade do regulamento de avaliação das propostas com os elementos submetidos à concorrência; 31. Formação adequada no âmbito dos modelos de avaliação de propostas; 32. Justificação objetiva adequada, razoável, proporcional e percetível da pontuação atribuída a cada item; 33. Difusão das recomendações do Tribunal de Contas sobre a matéria, bem como jurisprudência dos tribunais administrativos; 34. Obrigatoriedade de um Jurista na composição do Júri em todos os procedimentos pré-contratuais que exijam a constituição de Júri, conforme Despacho n.º 12 115/98 de 02Jul, de SExa o Ministro da Defesa Nacional. <u>Detetivas</u> 35. Efetuar auditorias internas aos processos de aquisição no sentido de confirmação que os critérios para análise das propostas têm um carácter objetivo e se baseiam em dados quantificáveis e comparáveis. <u>Corretivas</u> 36. Ajustar os modelos de avaliação das propostas para terem um carácter objetivo e se basearem em dados quantificáveis e comparáveis; 37. Criar "pasta"/ficheiro/outro entendido como pertinente, para apontamento de lições aprendidas com vista a possibilitar informação a elementos vindouros bem como para eliminar erros em próximos procedimentos e aumentar o conhecimento.	X	
		7.Avaliação dos concorrentes	R20 - Risco legal R21 - Risco de regularidade financeira	Sim	1 (Baixo) 1 (Baixo)	2 (Médio) 2 (Médio)	2 (Baixo) 2 (Baixo)	<u>Preventivas</u> 38. Elaborar listas de verificação dos documentos necessários; 39. Alertar para o regime de impedimentos, incluindo a regra de variação da respetiva composição. Estatuto do Pessoal Dirigente dos Serviços e Organismos da Administração Pública (Lei n.º 2/2004, de 15Jan). <u>Detetivas</u> 40. Em sede de auditoria ao processo aquisitivo assegurar que é feita uma efetiva validação documental. <u>Corretivas</u> 41. Comunicar ao Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção (IMPIC) sempre que haja motivos para tal.	X	
	3.Celebração e execução de contratos	8.Definição de cláusulas contratuais que prevejam ou regulem os suprimentos dos erros e omissões e/ou trabalhos complementares	R20 - Risco legal R21 - Risco de regularidade financeira	Sim	1 (Baixo) 1 (Baixo)	3 (Alto) 3 (Alto)	3 (Médio) 3 (Médio)	<u>Preventivas</u> 42. Garantir que o Contrato estipula as situações de suprimento de erros e omissões e/ou trabalhos complementares; 43. Que foi cumprido o pressuposto da "natureza imprevista" para a existência de trabalhos a mais, correspondendo efetivamente a "novas obras"; 44. Verificar se os trabalhos não podem ser técnica ou economicamente	X	

ÁREA / PROCESSO	SUB-ÁREA / SUBPROCESSO	EVENTO / POTENCIAL SITUAÇÃO DE RISCO	RISCOS IDENTIFICADOS	POTENCIAL CONFLITO DE INTERESSES	GP	GI	GR	MEDIDAS DE CONTROLO	CONTRIBUI PARA O PPR EXÉRCITO	CONTRIBUI PARA O PPR U/E/O
								separáveis do objeto do contrato sem inconveniente grave para o dono da obra ou, caso sejam separáveis são necessários à sua conclusão; 45. Revisão do projeto por elemento sénior no sentido de reduzir ao máximo os erros e omissões e trabalhos complementares. <u>Detetivas</u> 46. Efetuar o devido acompanhamento do fiscal de obra para que a execução decorra em cumprimento do projeto. <u>Corretivas</u> 47. Efetuar a aplicação da fórmula de revisão de preços de acordo.		
		9.Acompanhamento da execução do contrato	R20 - Risco legal R21 - Risco de regularidade financeira	Sim	1 (Baixo) 1 (Baixo)	3 (Alto) 3 (Alto)	3 (Médio) 3 (Médio)	<u>Preventivas</u> 48. Garantir a regular atividade da fiscalização, que não se confunde com a do Gestor de Contrato, registando todas as anomalias no Livro de Obra e nos demais documentos associados à execução do contrato. Fiscalização tecnicamente habilitada; 49. Definição clara e exaustiva das funções do Gestor de Contrato. <u>Detetivas</u> 50. Enviar advertências, em devido tempo, ao fornecedor/prestador de serviços/empreiteiro logo que se detetem situações irregulares e/ou derrapagens de custos e/ou prazos contratuais; 51. Considerar a aplicação das penalidades contempladas no contrato <u>Corretivas</u> 52. Assegurar a existência de bases de dados de acompanhamento da execução material dos contratos; 53. Elaborar relatos de acompanhamento (relato de desvio) e avaliação regular do desempenho do prestador de serviços/empreiteiro, com periodicidade definida.	X	
		11.Controlo na receção dos bens fornecidos	R20 - Risco legal R28 - Risco de conluio	Sim	1 (Baixo) 1 (Baixo)	3 (Alto) 3 (Alto)	3 (Médio) 3 (Médio)	<u>Preventivas</u> 54. Preenchimento de um auto de receção dos bens/serviços respeitantes ao contrato, com a identificação dos responsáveis; 55. Assegurar a adequada segregação de funções; 48. Garantir a regular atividade da fiscalização, que não se confunde com a do Gestor de Contrato, registando todas as anomalias no Livro de Obra e nos demais documentos associados à execução do contrato. Fiscalização tecnicamente habilitada; 56. Solicitar caução ainda que abaixo do valor obrigatório no CCP. <u>Detetivas</u> 57. Assegurar a utilização do sistema de controlo interno como garantia da boa receção do material (auditoria interna); 58. Nas Empreitadas de Obras Públicas (EOP), preceder à elaboração dos Autos (receção provisória, definitiva, etc.) da necessária vistoria realizada por elementos tecnicamente habilitados. <u>Corretivas</u> 59. Efetuar substituição do pessoal que desempenha as funções de receção; 60. Ajustar normativos internos; 61. Acionamento das cauções prestadas para o efeito.	X	
		12.Execução financeira e execução material	R11 – Risco Financeiro R13 - Risco de responsabilidade civil, criminal, financeira (sancionatória e reintegratória) R20 - Risco legal	Sim	1 (Baixo) 1 (Baixo)	2 (Médio) 2 (Médio)	2 (Baixo) 2 (Baixo)	<u>Preventivas</u> 62. Não efetuar pagamentos sem a correspondente validação (Nota de Aceitação) que atesta a receção/quitação qualitativa e quantitativa do bem/serviço/empreitada bem como o visto do Tribunal de Contas, nos casos aplicáveis. 621.Validar NIB com fornecedor exigindo documentação legalmente validada. <u>Detetivas</u> 63. Comparação mapas financeiros com mapas logísticos de modo a aferir diferenças; 64. Auditorias periódicas aos processos. <u>Corretivas</u> 65. Regularização de diferenças identificadas.	X	
		5.Diversos	15.Conflitos de interesses que põem em causa a transparência dos procedimentos R20 - Risco legal. R28 - Risco de conluio	Sim	1 (Baixo) 1 (Baixo)	2 (Médio) 2 (Médio)	2 (Baixo) 2 (Baixo)	<u>Preventivas</u> 66. Preenchimento da declaração de manifestação de conflito de interesses para todos os elementos que procedem à instrução do processo e júri; 67. Tanto quanto possível nomear júris diferenciados para cada concurso; 68. Promover a rotatividade dos intervenientes nestes processos; 69. Utilização da PECP; 70. Análise das certidões permanentes das empresas, nomeadamente quanto à	X	

ÁREA / PROCESSO	SUB-ÁREA / SUBPROCESSO	EVENTO / POTENCIAL SITUAÇÃO DE RISCO	RISCOS IDENTIFICADOS	POTENCIAL CONFLITO DE INTERESSES	GP	GI	GR	MEDIDAS DE CONTROLO	CONTRIBUI PARA O PPR EXÉRCITO	CONTRIBUI PARA O PPR U/E/O
								constituição dos órgãos gerentes. <u>Detetivas</u> 71. Efetuar verificação dos processos de aquisição para verificação e confirmação de que em todos constam as declarações de manifestação de conflito de interesses. <u>Corretivas</u> 72. Abrir processo de averiguações. 60. Ajustar normativos internos.		
3.Bens de Natureza Cultural	8.Gestão do Inventário	31.Identificação, catalogação e inventariação dos bens que constituem o património cultural material, móvel e imóvel, património imaterial e património natural do Exército.	R2 – Risco de imagem R11 – Risco financeiro R20 – Risco Legal R22 – Risco normativo R23 – Risco de fraude ou corrupção	Não	1 (Baixo) 1 (Baixo) 1 (Baixo) 1 (Baixo) 1 (Baixo)	1 (Baixo) 2 (Médio) 2 (Médio) 2 (Médio) 2 (Médio)	1 (Baixo) 2 (Baixo) 2 (Baixo) 2 (Baixo)	<u>Preventivas</u> 132. Cumprimento da legislação e normativos relativos à classificação, catalogação e inventariação de bens; 133. Elaboração e difusão de normas para a conservação dos bens culturais. <u>Detetivas</u> 134. Verificar os processos de gestão do património em todas as unidades, estabelecimentos e órgãos (através do InArtPremium) 135. Condução de visitas técnicas <u>Corretivas</u> 136. Atualização/correção dos registos	X	
	9.Conservação de bens	32.Conservação dos bens que constituem o património cultural material, móvel e imóvel, património imaterial e património natural do Exército	R2 – Risco de imagem R20 – Risco Legal R22 – Risco normativo R23 – Risco de fraude ou corrupção	Não	2 (Médio) 2 (Médio) 2 (Médio) 2 (Médio)	2 (Médio) 3 (Alto) 3 (Alto) 3 (Alto)	4 (Médio) 6 (Alto) 6 (Alto) 6 (Alto)	<u>Preventivas</u> 137. Identificar os processos de conservação de cada bem cultural; 138. Cumprimento da legislação e normativos relativos à conservação de bens 139. Assegurar as condições para a preservação dos bens de acordo com as normas aplicáveis <u>Detetivas</u> 140. Verificação das normas técnicas de conservação dos bens culturais. 135. Condução de visitas técnicas <u>Corretivas</u> 141. Corrigir as deficiências nos processos de armazenagem e guarda dos bens culturais.	X	
	10.Conhecimento	33.Gestão do conhecimento relativo aos bens culturais	R9 – Risco de gestão do conhecimento e de aprendizagem organizacional R20 – Risco Legal R22 – Risco normativo R23 – Risco de fraude ou corrupção	Não	2 (Médio) 2 (Médio) 2 (Médio) 2 (Médio)	2 (Médio) 2 (Médio) 2 (Médio) 2 (Médio)	4 (Médio) 4 (Médio) 4 (Médio) 4 (Médio)	<u>Preventivas</u> 142. Informar a DHCM dos bens com valor histórico-cultural à sua carga (U/E/O); 143. Classificação, catalogação e inventariação de bens culturais de acordo com os normativos em vigor 144. Planear a formação e a substituição de recursos humanos com competências específicas na área de gestão de bens culturais. <u>Detetivas</u> 135. Condução de visitas técnicas <u>Corretivas</u> 145. Corrigir as deficiências na identificação dos bens culturais.	X	
4.Comunicação Externa	12.Informação Pública	35.Divulgação de informação pública relativa ao Exército Português	R1 – Risco de imagem R6 – Risco de comunicação R18 - Risco de integridade da informação R19 - Risco de segurança da informação	Não.	2 (Médio) 2 (Médio) 1 (Baixo) 2 (Médio)	2 (Médio) 2 (Médio) 2 (Médio) 2 (Médio)	4 (Médio) 4 (Médio) 2 (Médio) 4 (Médio)	<u>Preventivas</u> 146. Atualização e divulgação da Diretiva do Sistema de Comunicação do Exército pela Secção de Operações, Informações e Segurança (SOIS) <u>Detetivas</u> 150. Monitorização das redes sociais e dos órgãos de comunicação social pela SOIS da U/E/O <u>Corretivas</u> 151. Execução de palestras semestrais na U/E/O, pela SOIS <u>Prescritivas</u> 152. Execução de um documento normativo referente à política de utilização de redes sociais por militares e civis do Exército		X
7.Estudo, conceção, planeamento, coordenação e supervisão	26.Planeamento dos equipamentos e bens a adquirir no âmbito da Gestão de Projetos	55.Contacto com entidades externas ao Exército que se possam constituir como concorrentes de futuros processos aquisitivos	R23 - Risco de fraude ou corrupção R24 - Risco de tráfico de influências R28 - Risco de conluio	Sim	1 (Baixo) 1 (Baixo) 1 (Baixo)	3 (Alto) 3 (Alto) 3 (Alto)	3 (Médio) 3 (Médio) 3 (Médio)	<u>Preventiva:</u> 194. Integrar nos Grupos de sincronização n.º 2 (GS2) formação relativa ao desenvolvimento de especificações técnicas, procurando ampliar o âmbito dos equipamentos a adquirir; 195. Privilegiar a aquisição de bens e serviços com recurso concursos públicos e à NATO Support and Procurement Agency (NSPA). <u>Detetiva:</u> 196. Verificar se as especificações técnicas aprovadas são atingíveis pelo menos por duas ou mais empresas, de forma a mitigar a possibilidade da entidade		X

ÁREA / PROCESSO	SUB-ÁREA / SUBPROCESSO	EVENTO / POTENCIAL SITUAÇÃO DE RISCO	RISCOS IDENTIFICADOS	POTENCIAL CONFLITO DE INTERESSES	GP	GI	GR	MEDIDAS DE CONTROLO	CONTRIBUI PARA O PPR EXÉRCITO	CONTRIBUI PARA O PPR U/E/O
								corruptora beneficiar da aquisição do material; 197. Avaliar o histórico, e ligações familiares/afetivas das aquisições efetuadas ao fornecedor para identificar possíveis indícios de favorecimento. <u>Corretiva:</u> 198. Rever as especificações técnicas aprovadas de forma a ampliar o leque de possíveis fornecedores interessados. 199. Criar uma apresentação que permita enquadrar o processo de identificação das especificações técnicas para que seja mitigado o risco de aliciamento aos elementos envolvidos na gestão do projeto.		
	27.Forças Nacionais Destacadas, Elementos Nacionais Destacados e Mecanismos de Resposta Rápida (OTAN e UE): Oferecimento de Forças Continuidade do empenhamento	56.Capacidade de assegurar os compromissos assumidos	R1 - Risco de continuidade de atividade R2 - Risco de imagem	Sim	1 (Baixo) 1 (Baixo)	2 (Médio) 3 (Alto)	2 (Baixo) 3 (Médio)	<u>Preventivas</u> 200. Assegurar a adequada provisão de capacidades e a sua sustentabilidade. 201. Avaliar continuamente o oferecimento de forças e capacidades a médio/longo prazo. 202. Assegurar a formação e qualificação dos militares para desempenho das funções/cargos. 203. Garantir que os equipamentos são os adequados e conforme os normativos e padrões de qualidade. <u>Detetivas</u> 204. Realizar inspeções regulares aos equipamentos e infraestruturas. 205. Analisar dados de desempenho e histórico dos equipamentos. 206. Analisar os relatórios de missão e considerações dos SNR e Comandantes. <u>Corretivas</u> 207. Avaliar continuamente os processos e procedimentos para planeamento das FND, END e mecanismos de resposta rápida. 208. Implementar medidas de melhoria contínua para garantir a eficiência e confiabilidade dos equipamentos.		X
	28.Relações Bilaterais e Multilaterais: <ul style="list-style-type: none">Ligação aos adidos; Cooperação no Domínio da Defesa (CDD) com os PALOP e Timor-Leste.	57.Fluxo da informação entre entidades e tratamento da mesma	R1 - Risco de continuidade de atividade R 12 - Risco de aumento dos custos organizacionais R 2 - Risco de imagem R 6 - Risco de comunicação	Sim	1 (Baixo) 2 (Médio) 1 (Baixo) 1 (Baixo)	2 (Médio) 2 (Médio) 3 (Alto) 2 (Médio)	2 (Baixo) 4 (Médio) 3 (Médio) 2 (Baixo)	<u>Preventivas</u> 209. Garantir uma permanente ligação e acompanhamento aos adidos e militares em CDD 210. Assegurar a troca e fluxo de informação. 211. Manter a rede de contactos atualizada. 212. Analisar os comunicados e relatórios de atividade. <u>Detetivas</u> 213. Acompanhar e analisar os comunicados dos adidos e os relatórios dos militares em CDD <u>Corretivas</u> 214. Implementar medidas que garantam a continua ligação e fluxo de informação aos adidos e dos militares em CDD.		X
8.Formação	29.Oferta formativa	58.Planeamento de cursos desnecessários ou não inclusão no planeamento de cursos para suprir necessidades críticas de formação	R1 – Risco de continuidade de atividade R9 – Risco de gestão do conhecimento e de aprendizagem organizacional	Não	2 (Médio) 1 (Baixo)	2 (Médio) 2 (Médio)	4 (Médio) 2 (Baixo)	<u>Preventivas:</u> 215. Identificação prévia das necessidades de formação (Catálogo de cursos); 216. Elaboração dos relatórios de avaliação da formação. <u>Detetivas:</u> 217. Confrontação com os descritivos dos cargos a prover (listagem); 218. Análise dos relatórios de avaliação da formação. <u>Corretivas:</u> 219. Cancelamento de ações de formação desnecessárias; 220. Realização de edições extraordinárias; 221. Criação de novas formações.	X	
	30.Seleção dos formandos	59.Procedimentos concursais para seleção (indigitação e nomeação) de formandos, face às regras de nomeação ou das prioridades estabelecidas, com favorecimento ou prejuízo, devido a laços familiares, amizade, inimizado ou outros	R22 - Risco normativo R24 - Risco de tráfico de influências R27 - Risco de abuso de poder	Sim	1 (Baixo) 1 (Baixo) 1 (Baixo)	2 (Médio) 2 (Médio) 2 (Médio)	2 (Baixo) 2 (Baixo) 2 (Baixo)	<u>Preventivas:</u> 222. Divulgação do normativo e regras aplicáveis (procedimentos de concursos); 123. Segregação de funções; 223. Divulgação das nomeações através do Portal da Formação (SIG-Form) <u>Detetivas:</u> 224. Ações de controlo interno que verifiquem a conformidade dos concursos com o normativo aplicável. (verificação do processo de nomeação – através do Portal da Formação (SIG-Form)). <u>Corretivas:</u> 159.Correção de situações de incumprimento detetadas.	X	
	31.Identificação das entidades formativas	60.Seleção de formadores para cursos de formação, através de favorecimento ou prejuízo, devido a laços familiares, amizade, inimizado ou outros	R22 - Risco normativo R27 - Risco de abuso de poder	Sim	1 (Baixo) 1 (Baixo)	2 (Médio) 2 (Médio)	2 (Baixo) 2 (Baixo)	<u>Preventivas:</u> 225. Regras de seleção de formadores; 226. Divulgar o regime de impedimentos. <u>Detetivas:</u> 227. Verificar a existência de situações de impedimento dos formadores. <u>Corretivas:</u>	X	

ÁREA / PROCESSO	SUB-ÁREA / SUBPROCESSO	EVENTO / POTENCIAL SITUAÇÃO DE RISCO	RISCOS IDENTIFICADOS	POTENCIAL CONFLITO DE INTERESSES	GP	GI	GR	MEDIDAS DE CONTROLO	CONTRIBUI PARA O PPR EXÉRCITO	CONTRIBUI PARA O PPR U/E/O
		61.Nomeação para cargos de formador, providos sem que o pessoal detenha as competências necessárias	R9 - Risco de gestão do conhecimento e de aprendizagem organizacional	Não	2 (Médio)	2 (Médio)	4 (Médio)	159.Correção de situações de incumprimento detetadas. <u>Preventivas:</u> 228. Cumprimento das regras e procedimentos destinados à seleção de formadores; 229. Planear as necessidades de formação para provimento dos cargos de forma a garantir que estes são providos com elementos com as qualificações necessárias; 230. Garantir a formação prévia e atempada do corpo de formadores; 231. Reforçar a bolsa de formadores. <u>Detetivas:</u> 232. Verificar a existência de cargos de formador providos das competências necessárias; 233. Manter um sistema integrado de controlo do corpo de formadores e respetivas habilitações. <u>Corretivas:</u> 159.Correção das situações detetadas.	X	
	32.Administração de cursos	62.Desenvolvimento e execução dos cursos de formação, com favorecimento ou prejuízo de formandos	R2 - Risco de imagem R22 - Risco normativo R27 - Risco de abuso de poder	Sim	1 (Baixo) 1 (Baixo) 1 (Baixo)	3 (Alto) 2 (Médio) 2 (Médio)	3 (Médio) 2 (Baixo) 2 (Baixo)	<u>Preventivas:</u> 234. Criação antecipada do plano de formação dos cursos; 235. Cumprimento do plano de formação dos cursos; 236. Aprovação antecipada dos referenciais de curso; 237. Cancelamento/adiamento dos cursos sem referencial aprovado; 261. Elaboração dos relatórios de avaliação da formação. <u>Detetivas:</u> 238. Verificação do cumprimento do plano de formação dos cursos; 263. Análise dos relatórios de avaliação da formação. <u>Corretivas:</u> 159.Correção de situações de incumprimento detetadas.	X	
	33.Avaliação dos formandos	63.Conhecimento antecipado e fraude na realização de exames/testes/provas	R2 - Risco de imagem R10 - Risco de motivação e produtividade R23 - Risco de fraude ou corrupção R24 - Risco de tráfico de influência R27 - Risco de abuso de poder	Sim	2 (Médio) 3 (Alto) 1 (Baixo) 1 (Baixo) 1 (Baixo)	2 (Médio) 3 (Alto) 2 (Médio) 2 (Médio)	4 (Médio) 9 (Alto) 2 (Baixo) 2 (Baixo) 2 (Baixo)	<u>Preventivas:</u> 239. Prever nos referenciais de curso e no regulamento da formação, as consequências para os formandos pelas práticas indevidas nesta matéria; 240. Sensibilização dos intervenientes neste processo para as implicações de eventuais desvios à conduta que é expectável de um militar ou civil do Exército; 154. Elaboração de normas para a produção, reprodução, guarda e controlo dos instrumentos de avaliação; 155. Elaboração de normas para a execução e controlo de provas; 156. Reforço da segurança física das instalações de produção, reprodução, guarda e controlo dos instrumentos de avaliação. <u>Detetivas:</u> 157. Assegurar adequada vigilância na realização dos exames/ testes/provas; 158. Assegurar um controlo pedagógico dos respetivos resultados; 68. Processos de averiguações. <u>Corretivas:</u> 159.Correção de situações de incumprimento detetadas.	X	
		64.Processo de avaliação de formandos, com favorecimento ou prejuízo, devido a laços familiares, amizade, inimizade ou outros	R24 - Risco de tráfico de influências	Sim	1 (Baixo)	2 (Médio)	2 (Baixo)	<u>Preventivas:</u> 285. Sensibilizar os intervenientes neste processo para as implicações escolares/disciplinares; 286. Sistema de avaliação que garanta o anonimato dos formandos. <u>Detetivas:</u> 287. Garantir uma adequada monitorização das avaliações; 288. Sinalizar desvios significativos face a resultados anteriores. <u>Corretivas:</u> 289. Substituição de formadores com potenciais conflitos de interesse; 290. Aplicação célere de eventuais sanções disciplinares.	X	
	34.Avaliação da formação	65.Adulteração de resultados com vista ao favorecimento da imagem externa	R2 - Risco de imagem	Sim	1 (Baixo)	2 (Médio)	2 (Baixo)	<u>Preventivas:</u> 285. Sensibilizar os intervenientes neste processo para as implicações escolares/disciplinares. <u>Detetivas:</u> 287. Garantir uma adequada monitorização das avaliações; 288. Sinalizar desvios significativos face a resultados anteriores. <u>Corretivas:</u> 290. Aplicação célere de eventuais sanções disciplinares.	X	
	35.Emissão de Declarações, Certificados, Cartas de Curso ou	66.Emissão de declarações, certidões ou certificados de discentes ou formandos, com favorecimento ou prejuízo, devido a: - Laços familiares, amizade, inimizade ou	R24 - Risco de tráfico de influência R27 - Risco de abuso de	Sim	1 (Baixo) 1	3 (Médio) 3	3 (Médio) 3	<u>Preventivas:</u> 123. Segregação de funções; 216. Redundância na verificação de qualificações a atestar. <u>Detetivas:</u>	X	

ÁREA / PROCESSO	SUB-ÁREA / SUBPROCESSO	EVENTO / POTENCIAL SITUAÇÃO DE RISCO	RISCOS IDENTIFICADOS	POTENCIAL CONFLITO DE INTERESSES	GP	GI	GR	MEDIDAS DE CONTROLO	CONTRIBUI PARA O PPR EXÉRCITO	CONTRIBUI PARA O PPR U/E/O
	Suplemento ao Diploma	outros - Conteúdo falso ou alterado - Conclusão de curso, sem o ter terminado	poder		(Baixo)	(Médio)	(Médio)	291. Verificar a existência de situações de impedimento no decorrer de todo o processo; 292. Realização de inspeções, por amostragem, das declarações, certidões ou certificados emitidos. <u>Corretivas:</u> 159.Correção de situações de incumprimento detetadas.		
9.Gestão de informação	36.Repositório de dados e Informação	67.Produção, guarda e disponibilização dos dados e informação pelo Sistema de Informação e Comunicações (SIC) do Exército	R18 – Risco de integridade da informação	Não	1 (Baixo)	2 (Médio)	2 (Baixo)	<u>Preventivas</u> 293. Execução do backup de dados e Informação, de acordo com os normativos aplicáveis. 294. Assegurar a nomeação e a formação adequada dos Administradores de Rede Local (ARL) (Curso de Transmissões das Armas e Serviços (CTMAS)). <u>Detetivas</u> 295. Monitorização da Infraestrutura do SIC do Exército (Sala de Operações CSI) <u>Corretivas</u> 296. Promover alterações e configurações no SIC. <u>Prescritivas</u> 297. NAT no âmbito CSI.	X	
		68.Acesso e divulgação da Informação por entidade interna	R2 - Risco de imagem R19- Risco de segurança da informação R24 – Risco de tráfico de influência	Sim	1 (Baixo) 1 (Baixo) 1 (Baixo)	3 (Alto) 3 (Alto) 3 (Alto)	3 (Médio) 3 (Médio) 3 (Médio)	<u>Preventivas</u> 298. Assegurar a Credenciação adequada a todo o pessoal com acesso à Informação Classificada de acordo com o Grau respetivo. 299. Assegurar a formação específica a quem lida com Informação Classificada; (Curso de Material e Segurança Cripto; Curso online do GNS de Introdução à Segurança de Informação Classificada). 300. Instalação de meios de controlo de acessos eletrónicos e de videovigilância (SICAVE) nas áreas de acesso restrito. 301. Nomeação do custódio de material cripto da U/E/O. <u>Detetivas</u> 302. Inspeções e auditorias periódicas. 303. Monitorização dos acessos aos sistemas de informação. <u>Corretivas</u> 194. Rotatividade e segregação de funções. <u>Prescritivas</u> 297. NAT no âmbito da segurança CSI.	X	
		69.Acesso e divulgação da Informação por entidade externa	R1 - risco de continuidade de atividade R2 - Risco de imagem R19- Risco de segurança da informação	Não	1 (Baixo) 1 (Baixo) 1 (Baixo)	3 (Alto) 3 (Alto) 3 (Alto)	3 (Médio) 3 (Médio) 3 (Médio)	<u>Preventivas</u> 304. Implementação de medidas defensivas no controlo de acessos à Informação a partir do exterior (Proteção de Perímetro). 305. Assegurar a formação específica para os elementos do Centro de Guerra da Informação e Ciberdefesa (Cursos de Formação no âmbito da Segurança da Informação). 306. Ações de sensibilização e informação a todos os utilizadores no âmbito da segurança CSI. 307. Realização de exercícios específicos na área da ciberdefesa. <u>Detetivas</u> 308. Monitorização dos acessos externos à Informação; 309. Realização de testes de resiliência à Proteção de Perímetro. 302. Inspeções e auditorias periódicas <u>Corretivas</u> 310. Reforço das medidas defensivas e correção de vulnerabilidades. <u>Prescritivas</u> 297. NAT no âmbito da segurança CSI.	X	
	37.Continuidade de atividade	70.Funcionamento do Sistema de Informação e Comunicações (SIC) do Exército	R1 – Risco de continuidade de atividade R7 – Risco de falha de infraestruturas e equipamentos	Não	1 (Baixo) 2 (Médio)	3 (Alto) 2 (Médio)	3 (Médio) 4 (Médio)	<u>Preventivas</u> 311. Implementação de Sistemas de energia alternativos (UPS; Gerador) 293. Execução do backup de dados e Informação, de acordo com os normativos aplicáveis. 312. Assegurar a nomeação formação adequada dos Administradores de Rede Local (ARL) (Curso de Transmissões das Armas e Serviços (CTMAS)). <u>Detetivas</u> 313. Monitorização das Infraestruturas do SIC do Exército (Sala de Operações CSI). 302. Inspeções e auditorias periódicas. <u>Corretivas</u> 296. Promover alterações e configurações no SIC.	X	
10.Gestão de Pessoal	45.Emissão de declarações e certidões	85.Emissão de declarações e certidões, com favorecimento ou prejuízo, devido a laços familiares, amizade, inimizade ou conteúdo	R2 - Risco de imagem	Sim	1 (Baixo)	2 (médio)	2 (Baixo)	<u>Preventivas:</u> 361. Revisão das regras sobre o processo de emissão de declarações e certidões, garantindo a verificação aleatória das declarações/certidões emitidas por um	X	

ÁREA / PROCESSO	SUB-ÁREA / SUBPROCESSO	EVENTO / POTENCIAL SITUAÇÃO DE RISCO	RISCOS IDENTIFICADOS	POTENCIAL CONFLITO DE INTERESSES	GP	GI	GR	MEDIDAS DE CONTROLO	CONTRIBUI PARA O PPR EXÉRCITO	CONTRIBUI PARA O PPR U/E/O
		falso ou alterado	R19 - Risco de segurança da informação		1 (Baixo)	1 (Baixo)	1 (Baixo)	responsável diferente daquele que as emitiu, aquando da assinatura, do suporte da informação (segregação de funções). <u>Detetivas:</u> 362. Promover verificações aleatórias, por amostragem a um número mínimo de certidões e declarações emitidas em cada ano. <u>Corretivas:</u> 363. Corrigir situações de incumprimento detetadas.		
			R23 - Risco de fraude ou corrupção		1 (Baixo)	2 (médio)	2 (Baixo)			
			R24 - Risco de tráfico de influências		1 (Baixo)	2 (médio)	2 (Baixo)			
			R26 - Risco de suborno		1 (Baixo)	2 (médio)	2 (Baixo)			
		86. Tramitar a condução de processos de Militares e ex-Militares (ex. DFA, Pensionistas), com favorecimento ou prejuízo, nomeadamente na: - qualificação como Deficientes das Forças Armadas (DFA) - qualificação como Pensionistas não DFA (ex. Pensionista com Pensão de Invalidez) - emissão de Cartões e Declarações de Pensionistas	R2 - Risco de imagem	Sim	1 (Baixo)	2 (Médio)	2 (Baixo)	<u>Preventivas:</u> 364. Definição de critérios e regras relativas ao processo de qualificação de Militares e ex-Militares e proceder à sua ampla divulgação. <u>Detetivas:</u> 365. Verificação do cumprimento das regras e critérios estabelecidos de acordo com o Despacho 07/SEDN/2017, a Lei n.º 46/2020, de 20 de agosto, Estatuto do Antigo Combatente e o Decreto Regulamentar n.º 11/2015, de 31 de julho. <u>Corretivas:</u> 366. Corrigir qualificações em incumprimento dos critérios estabelecidos.		X
			R20 - Risco legal		1 (Baixo)	2 (Médio)	2 (Baixo)			
			R22 - Risco normativo		1 (Baixo)	2 (Médio)	2 (Baixo)			
			R24 - Risco de tráfico de influências		1 (Baixo)	2 (Médio)	2 (Baixo)			
	46. Gestão de Processos	87. Análise dos processos de acidente e doença, validação de louvores e penas disciplinares, atribuição de condecorações e respetivo registo	R2 - Risco de imagem	Sim	1 (Baixo)	3 (Alto)	3 (Médio)	<u>Preventivas:</u> 367. Definição de critérios e regras para a análise processual, homologação de penas e louvores, 368. Redundância na validação e análise dos processos, das penas disciplinares e louvores (validação por duas pessoas diferentes). <u>Detetivas:</u> 369. Verificação do cumprimento das regras e critérios de acordo com as respetivas NAT; 370. Controlo de acessos às Bases de Dados e plataformas informáticas que gerem o registo de processos, penas, louvores e condecorações. <u>Corretivas:</u> 371. Corrigir processos em incumprimento dos critérios estabelecidos.	X	
			R24 - Risco de tráfico de influências		1 (Baixo)	3 (Alto)	3 (Médio)			
			R27 - Risco de abuso de poder		1 (Baixo)	3 (Alto)	3 (Médio)			
	47. Supervisão e coordenação dos Sistemas de Informação de apoio à gestão do pessoal do Exército	88. Acesso, controlo e supervisão dos sistemas de informação, com intenção de obter para si ou para terceiro, benefício ilegítimo ou causar prejuízo a outra pessoa	R19 - Risco de segurança da informação	Sim	1 (Baixo)	3 (Alto)	3 (Médio)	<u>Preventivas:</u> 372. Elaboração e revisão de todos os procedimentos e competências para cada perfil de acesso às bases de dados; 373. Registo informático das permissões dos utilizadores de acessos às bases de dados, atribuição de perfis diferenciados para cada utilizador e atualização dos perfis de acesso. <u>Detetivas:</u> 374. Verificação dos registos de cadastro em conjugação com controlo de efetivos; 375. Controlo aleatório dos registos efetuados e que estão inseridos em base de dados. <u>Corretivas:</u> 376. Regularizar as situações de acessos concedidos às bases de dados de Gestão de Recursos Humanos e Vencimentos.		X
			R23 - Risco de fraude ou corrupção		1 (Baixo)	3 (Alto)	3 (Médio)			
			R24 - Risco de tráfico de influências		1 (Baixo)	3 (Alto)	3 (Médio)			
	48. Atribuição, manutenção, cancelamento de cartão ADM	88. Inscrição, renovação, suspensão e cessação da qualidade de beneficiário da Assistência na Doença aos Militares (ADM), através de favorecimento ou prejuízo, com ou sem dolo, na execução dos procedimentos ou na elaboração dos documentos	R2 - Risco de imagem	Sim	1 (Baixo)	3 (Alto)	3 (Médio)	<u>Preventivas:</u> 377. Assegurar a ampla divulgação dos procedimentos no processamento dos cartões ADM, conforme NAT 04.01.00, do Comando do Pessoal de 15mar2022. 378. Promover a segregação de funções e a rotatividade de pessoal. <u>Detetiva:</u> 379. Verificação dos meios de prova no momento da inscrição e renovação. <u>Corretiva:</u> 371. Corrigir processos em incumprimento dos critérios estabelecidos.		X
			R24 - Risco de tráfico de influências		1 (Baixo)	3 (Alto)	3 (Médio)			
			R27 - Risco abuso de poder		1 (Baixo)	3 (Alto)	3 (Médio)			
			R28 - Risco de conluio		1 (Baixo)	3 (Alto)	3 (Médio)			
			R29 - Risco de concussão		1 (Baixo)	3 (Alto)	3 (Médio)			

ÁREA / PROCESSO	SUB-ÁREA / SUBPROCESSO	EVENTO / POTENCIAL SITUAÇÃO DE RISCO	RISCOS IDENTIFICADOS	POTENCIAL CONFLITO DE INTERESSES	GP	GI	GR	MEDIDAS DE CONTROLO	CONTRIBUI PARA O PPR EXÉRCITO	CONTRIBUI PARA O PPR U/E/O
	49.Processamento de vencimentos	90.Existência de processamento de vencimentos que gerem abonos indevidos.	R2 - Risco de imagem R21 – Risco de regularidade financeira R22 – Risco de normativo R23 – Risco de fraude ou corrupção R28 - Conluio	Não	1 (Baixo) 1 (Baixo) 1 (Baixo) 1 (Baixo) 1 (Baixo)	3 (Alto) 3 (Alto) 3 (Alto) 3 (Alto) 3 (Alto)	3 (Médio) 3 (Médio) 3 (Médio) 3 (Médio) 3 (Médio)	<u>Preventivas:</u> 380. Assegurar o cumprimento do normativo legal e interno em vigor, NAT 04.02.09, do Comando do Pessoal de 08fev2021, nomeadamente a verificação da competência para autorizar o pagamento; 381. Promover a rotatividade de pessoal e a adequada segregação de funções, no respeitante à admissão de pessoal, ao processamento de vencimentos, ao seu pagamento e aos registos contabilísticos associados; 382. Certificar que o processamento e pagamento dos vencimentos são efetuados com os dados pessoais que para eles concorrem, nomeadamente, nome, NIF, morada fiscal, situação familiar, posição e nível remuneratório, vínculo e IBAN; 383. Verificar que eventuais valorizações remuneratórias são pagas com base em registos que as comprovam. <u>Detetivas:</u> 384. Verificação mensal, no âmbito do sistema de controlo interno existente (conferência numa base de amostragem - uma seleção fixa, baseada no pessoal envolvido no processamento e pagamento de vencimentos e outra aleatória), no sentido de confirmar a adequação das remunerações processadas e dos descontos efetuados – CGA, Segurança Social, IRS entre outros; 385. Confirmação mensal do não processamento de vencimentos a pessoal que tenha cessado funções. <u>Corretivas:</u> 386. Promover, no cumprimento do normativo aplicável, a restituição dos montantes que possam ter sido indevidamente pagos.		X
11.Gestão Financeira	51.Elaboração, execução e controlo orçamental	96.Falha no planeamento e na validação das necessidades e respetivas estimativas de custos	R1 – Risco de continuidade de atividade R2 – Risco de imagem R12 – Risco de aumento dos custos organizacionais	Não	2 (Médio) 2 (Médio) 2 (Médio)	2 (Médio) 2 (Médio) 2 (Médio)	4 (Médio) 4 (Médio) 4 (Médio)	<u>Preventivas</u> 393. Definição e divulgação dos diversos níveis de responsabilidade (Diretiva Estratégica e Diretiva de Planeamento do Plano de Atividades); 394. Planeamento de Atividades contendo a justificação e a pertinência das necessidades críticas, em função da disponibilidade orçamental esperada (verificação do planeamento em função dos valores executados em períodos homólogos de referência e tendo em consideração a evolução de preços esperada). <u>Detetivas</u> 395. Avaliação sistemática das necessidades críticas efetivas, em função da disponibilidade orçamental prevista em Plano de Atividades (Comparação e avaliação dos valores executados face ao orçamento atribuído no ano em curso). <u>Corretivas</u> 396. Elaboração do Plano de Atividades corrigido, após a publicação do Orçamento do Estado. 397. Proposta de obtenção de orçamento supletivo; 398. Alteração do Plano de Atividades, durante a execução do Orçamento do Estado, mediante as necessidades comprovadas (estabelecer metodologia para o efeito).	X	
	52.Execução e controlo da despesa	97.Desadequação do registo da informação	R18 – Risco de integridade da informação R21 – Risco de irregularidade financeira	Não	2 (Médio) 2 (Médio)	2 (Médio) 2 (Médio)	4 (Médio) 4 (Médio)	<u>Preventivas</u> 399. Sensibilização para o cumprimento dos normativos existentes, incluindo o Manual de Controlo Interno (reuniões, estágios e apoio técnico); 400. Definição de níveis de responsabilidade (revisão do Regulamento de Administração Financeira do Exército e adequação dos normativos de autoridade técnica do DFIN); 401. Segregação de funções na inserção de dados e na sua conferência (verificação em Inspeções da IGE, na Prestação Mensal de Contas e em atas da Secção de Logística); 402. Rotação do pessoal nas diversas funções (estabelecer metodologia para o efeito). <u>Detetivas</u> 403. Monitorização periódica da informação registada, cruzamento de informação e realização de testes (verificação na Prestação Mensal de Contas). <u>Corretivas</u> 128. Melhoria de processos e controlo; 404. Correção e regularização dos registos.	X	
		98.Deficiente execução financeira dos contratos	R11 – Risco financeiro	Sim	2 (Médio)	3 (Alto)	6 (Alto)	<u>Preventivas</u> 399. Sensibilização para o cumprimento dos normativos existentes, incluindo o Manual de Controlo Interno (reuniões, estágios e apoio técnico);	X	

ÁREA / PROCESSO	SUB-ÁREA / SUBPROCESSO	EVENTO / POTENCIAL SITUAÇÃO DE RISCO	RISCOS IDENTIFICADOS	POTENCIAL CONFLITO DE INTERESSES	GP	GI	GR	MEDIDAS DE CONTROLO	CONTRIBUI PARA O PPR EXÉRCITO	CONTRIBUI PARA O PPR U/E/O
			R20 – Risco legal		2 (Médio)	3 (Alto)	6 (Alto)	405. Confirmação da receção qualitativa e quantitativa dos bens, serviços ou empreitadas de obras públicas antes da execução dos pagamentos, incluindo as autorizações devidas e o cumprimento dos normativos aplicáveis, nomeadamente, visto do Tribunal de Contas e publicitação no Portal Base, se devidos (implementar a Declaração de Conformidade Processual, a anexar ao Pedido de Autorização de Pagamento); 401. Segregação de funções na inserção de dados e na sua conferência (verificação em Inspeções da IGE, na Prestação Mensal de Contas e em atas da Secção de Logística); 406. Gestão de perfis de acesso aos sistemas de informação de acordo com as funções desempenhadas (Checklist para a atribuição de perfis); 402. Rotação do pessoal nas diversas funções (estabelecer metodologia para o efeito). <u>Detetivas</u> 407. Controlo mensal da execução das medidas estabelecidas no sistema de controlo interno, no que concerne ao fracionamento da despesa e à plurianualidade não assumida (verificação na Prestação Mensal de Contas e na atribuição de Planos de Estrutura de Projeto (PEP) dos contratos); 408. Verificação da execução e cumprimento dos contratos celebrados (verificação na Prestação Mensal de Contas). <u>Corretivas</u> 409. Regularização de procedimentos; 410. Melhoria dos processos e controlo.		
			R21 – Risco de irregularidade financeira		2 (Médio)	3 (Alto)	6 (Alto)			
		99.Desvio de dinheiros e valores	R23 – Risco de fraude ou corrupção	Sim	1 (Baixo)	3 (Alto)	3 (Médio)	<u>Preventivas</u> 399. Sensibilização para o cumprimento dos normativos existentes, incluindo o Manual de Controlo Interno (reuniões, estágios e apoio técnico); 411. Cumprimento do normativo para a atribuição de Fundos de Maneio (Aprovação dos Regulamentos dos Fundos de Maneio); 401. Segregação de funções na inserção de dados e na sua conferência (verificação em Inspeções da IGE, na Prestação Mensal de Contas e em atas da Secção de Logística); 402. Rotação do pessoal nas diversas funções (estabelecer metodologia para o efeito). <u>Detetivas</u> 412. Conferência da informação e registos da Prestação Mensal de Contas (Fundo de Maneio, Caixa, Reconciliação Bancária, Justificação de Saldos, validação dos registos e assinatura dos responsáveis); 413. Inspeções da IGE; 414. Denúncias. <u>Corretivas</u> 415. Processos de averiguações; 416. Substituição do pessoal envolvido.	X	
			R25 – Risco de peculato		1 (Baixo)	3 (Alto)	3 (Médio)			
			R27 – Risco de abuso de poder		1 (Baixo)	3 (Alto)	3 (Médio)	<u>Detetivas</u> 412. Conferência da informação e registos da Prestação Mensal de Contas (Fundo de Maneio, Caixa, Reconciliação Bancária, Justificação de Saldos, validação dos registos e assinatura dos responsáveis); 413. Inspeções da IGE; 414. Denúncias. <u>Corretivas</u> 415. Processos de averiguações; 416. Substituição do pessoal envolvido.	X	
			R28 – Risco de conluio		1 (Baixo)	3 (Alto)	3 (Médio)			
	53.Execução e controlo da receita	100.Omissão do dever de faturação e/ou cobrança dos bens vendidos ou dos serviços prestados	R14 – Risco de crédito	Sim	1 (Baixo)	3 (Alto)	3 (Médio)	<u>Preventivas</u> 399. Sensibilização para o cumprimento dos normativos existentes, incluindo o Manual de Controlo Interno (reuniões, estágios e apoio técnico); 401. Segregação de funções na inserção de dados e na sua conferência (verificação em Inspeções da IGE, na Prestação Mensal de Contas e em atas da Secção de Logística); 402. Rotação do pessoal nas diversas funções (estabelecer metodologia para o efeito); 417. Autorização para retificação ou anulação de faturas (Estabelecer procedimento). <u>Detetivas</u> 418. Controlo mensal das dívidas de clientes (verificação na Prestação Mensal de Contas); 414. Denúncias. <u>Corretivas</u> 419. Cumprimento dos mecanismos de cobrança previstos no Manual de Procedimentos de Controlo Interno; 409. Regularização de procedimentos; 410. Melhoria dos processos e controlo; 415. Processos de averiguações; 416. Substituição do pessoal envolvido.	X	
			R20 – Risco legal		1 (Baixo)	3 (Alto)	3 (Médio)			
			R21 – Risco de irregularidade financeira		1 (Baixo)	3 (Alto)	3 (Médio)			
			R23 – Risco de fraude ou corrupção		1 (Baixo)	3 (Alto)	3 (Médio)			
			R25 – Risco de peculato		1 (Baixo)	3 (Alto)	3 (Médio)			
	54.Gestão financeira	101.Falta de registo ou registo inadequado de	R18 – Risco de	Sim	2	2	4	<u>Preventivas</u>	X	

ÁREA / PROCESSO	SUB-ÁREA / SUBPROCESSO	EVENTO / POTENCIAL SITUAÇÃO DE RISCO	RISCOS IDENTIFICADOS	POTENCIAL CONFLITO DE INTERESSES	GP	GI	GR	MEDIDAS DE CONTROLO	CONTRIBUI PARA O PPR EXÉRCITO	CONTRIBUI PARA O PPR U/E/O
	de ativos	ativos	integridade da informação R20 – Risco legal R21 – Risco de regularidade financeira R23 – Risco de fraude ou corrupção		(Médio) 2 (Médio) 2 (Médio) 2 (Médio)	(Médio) 2 (Médio) 2 (Médio)	(Médio) 4 (Médio) 4 (Médio) 4 (Médio)	420. Definição de níveis de responsabilidade (revisão do Regulamento de Administração Financeira do Exército e adequação dos normativos de autoridade técnica do DFIN, bem como, no âmbito da gestão de ativos, a adequação das normas do CmdLog); 401. Segregação de funções na inserção de dados e na sua conferência (verificação em Inspeções da IGE, na Prestação Mensal de Contas e em atas da Secção de Logística); 402. Rotação do pessoal nas diversas funções (estabelecer metodologia para o efeito). <u>Detetivas</u> 421. Análise aos registos de despesa na Prestação Mensal de Contas (Relatórios da Prestação Mensal de Contas). <u>Corretivas</u> 410. Melhoria de processos e controlo; 404. Correção e regularização dos registos.		
	55.Informação financeira prestada a entidades externas	102.Desadequação da informação ou do relato	R2 – Risco de imagem R18 – Risco de integridade da informação R20 – Risco legal R21 – Risco de regularidade financeira	Não	1 (Baixo) 1 (Baixo) 1 (Baixo) 1 (Baixo)	3 (Alto) 3 (Alto) 3 (Alto) 3 (Alto)	3 (Médio) 3 (Médio) 3 (Médio) 3 (Médio)	<u>Preventivas</u> 422. Identificação das necessidades de informação financeira a prestar a entidades externas, respetivas datas e níveis de responsabilidade (consolidação de listagem). <u>Detetivas</u> 423. Verificação e análise, em vários níveis, da informação a prestar (de acordo com a listagem). <u>Corretivas</u> 424. Revisão, correção e consolidação da informação.	X	
	56.Transversais	103. Falhas na aplicação de normas, procedimentos e regulamentos de natureza financeira	R11 – Risco financeiro R20 – Risco legal R21 – Risco de irregularidade financeira R 22 – Risco normativo	Sim	2 (Médio) 2 (Médio) 2 (Médio) 2 (Médio)	3 (Alto) 3 (Alto) 3 (Alto) 3 (Alto)	6 (Alto) 6 (Alto) 6 (Alto) 6 (Alto)	<u>Preventivas</u> 399. Sensibilização para o cumprimento dos normativos existentes, incluindo o Manual de Controlo Interno (reuniões, estágios e apoio técnico); 401. Segregação de funções na inserção de dados e na sua conferência (verificação em Inspeções da IGE, na Prestação Mensal de Contas e em atas da Secção de Logística). <u>Detetivas</u> 390. Inspeções e auditorias realizadas por entidades competentes (Recomendações recebidas); 425. Análise à Prestação Mensal de Contas (Relatórios produzidos). <u>Corretivas</u> 426. Ações de formação; 427. Correção e regularização de processos.	X	
12.Gestão patrimonial	57.Controlo de Imobilizado	104.Inventariação do Imobilizado	R21 - Risco de regularidade financeira R22 - Risco normativo R28 - Risco de conluio R29 – Risco de concussão.	Sim	1 (Baixo) 1 (Baixo) 1 (Baixo) 1 (Baixo)	2 (Médio) 2 (Médio) 2 (Médio) 2 (Médio)	1 (Baixo) 1 (Baixo) 1 (Baixo) 1 (Baixo)	<u>Preventivas</u> 428. Realização e envio anual ao CmdLog, de Relatórios de Situação por parte das UEO, com evidências da inventariação efetuada; 429. Assegurar a realização periódica de ações de inventariação física dos bens de imobilizado. <u>Detetivas</u> 430. Inspeções realizadas pela IGE, em que deve ser efetuada inspeção por amostragem. <u>Corretivas</u> 431. Proceder à atualização dos dados, atualizando as discrepâncias e abates, de acordo com o normativo em vigor (PDE 4-46-00 – Sistema Logístico do Exército).	X	
	58.Gestão de stocks de material de consumo	105.Controlo dos stocks de material de consumo	R20 - Risco legal. R21 - Risco de regularidade financeira R23 - Risco de fraude ou corrupção. R28 - Risco de conluio	Sim	1 (Baixo) 1 (Baixo) 1 (Baixo) 1 (Baixo)	1 (Baixo) 1 (Baixo) 1 (Baixo) 1 (Baixo)	1 (Baixo) 1 (Baixo) 1 (Baixo) 1 (Baixo)	<u>Preventivas</u> 432. Garantir que todos os consumos de material sejam justificados com base no despacho de autorização; 433. Criar um manual interno de lições aprendidas. <u>Detetivas</u> 434. A UEO deverá aleatoriamente realizar contagens físicas inopinadas. Estas contagens devem ser efetuadas por elementos externos ao local de armazenagem a inventariar; 435. Realização de inspeções pela IGE. <u>Corretivas</u> 436. Proceder à atualização dos registos contabilísticos, atualizando as faltas, as quebras, apurando as responsabilidades de acordo com o normativo em vigor	X	

ÁREA / PROCESSO	SUB-ÁREA / SUBPROCESSO	EVENTO / POTENCIAL SITUAÇÃO DE RISCO	RISCOS IDENTIFICADOS	POTENCIAL CONFLITO DE INTERESSES	GP	GI	GR	MEDIDAS DE CONTROLO	CONTRIBUI PARA O PPR EXÉRCITO	CONTRIBUI PARA O PPR U/E/O
	59.Gestão de Imobilizado	106.Conformidade legal dos atos de gestão de imobilizado; Decisões relativas à gestão do imobilizado não têm reflexo no seu controlo	R20 - Risco legal.	Sim	1 (Baixo)	2 (Médio)	2 (Baixo)	(PDE 4-46-00 – Sistema Logístico do Exército). <u>Preventivas</u> 437. Assegurar verificando, que os movimentos de material são obrigatoriamente acompanhados da respetiva documentação; 438. Assegurar que, por via da responsabilização, todas as decisões referentes à gestão do imobilizado têm correspondência no SIG.	X	
			R21 - Risco de regularidade financeira.		1 (Baixo)	2 (Médio)	2 (Baixo)	<u>Detetivas</u> 439. Efetuar a verificação dos processos, através das inspeções realizadas pela IGE.		
			R22 - Risco normativo.		1 (Baixo)	2 (Médio)	2 (Baixo)	<u>Corretivas</u> 440. Efetuar os registos de correção regularização acompanhados de ato de gestão sempre que ocorra, de acordo com os normativos em vigor (PDE 4-46-00 – Sistema Logístico do Exército).		
			R23 - Risco de fraude ou corrupção.		1 (Baixo)	2 (Médio)	2 (Baixo)			
	59.Gestão de Imobilizado	107.Correta tramitação administrativa nos atos de abate e alienação do imobilizado	R21 - Risco de regularidade financeira.	Sim	1 (Baixo)	1 (Baixo)	1 (Baixo)	<u>Preventivas</u> 441. Assegurar o cumprimento rigoroso das normas estabelecidas no PDE 4-46-00 – Sistema Logístico do Exército.	X	
			R22 - Risco normativo.		1 (Baixo)	1 (Baixo)	1 (Baixo)	<u>Detetivas</u> 439. Efetuar a verificação dos processos através das inspeções realizadas pela IGE. <u>Corretivas</u> 442. Efetuar os registos de correção de acordo com os normativos em vigor (Despacho n.º 13475/2009 de 09Jun - Viaturas Administrativas (eSPap).		
	60.Gestão de Infraestruturas	108.Utilização indevida de imóvel	R25 - Risco de peculato.	Sim	1 (Baixo)	1 (Baixo)	1 (Baixo)	<u>Preventivas</u> 443. Obter sempre autorização da Entidade competente para a utilização de infraestruturas por escrito e nos termos da Lei indicando a delegação de competências (caso exista); 444. Aprovar pela entidade competente normas, procedimentos e preçários, sempre que se pretenda rentabilizar e otimizar imoveis como fontes supletivas de financiamento; 445. Promover a sensibilização de todos os elementos da guarnição e restantes entidades visitantes, para o cumprimento rigoroso das normas legais e vigor (Decreto-Lei n.º 280/2007, de 07Ago – Regime Jurídico do Património Imobiliário Público); 446. Estabelecer procedimentos transparentes, simples e acessíveis de modo a garantir a igualdade e cumprimento escrupuloso da Lei; 447. Regulamento Geral de Infraestruturas do Exército, disponível na Intranet	X	
			R27 - Risco de abuso de poder.		1 (Baixo)	1 (Baixo)	1 (Baixo)	<u>Detetivas</u> 448. Rondas pelo grupo de serviço ou pela PE; 449. Inspeções Técnicas; 450. Camaras de vigilância das instalações; 451. Envio de mapas de situação mensais/relatórios, pelas U/E/O, dos Prédios Militares à sua responsabilidade; 452. Envio de mapas de situação mensais/relatórios, pelas U/E/O, das Casas do Estado à sua responsabilidade.		
			R28 - Risco de conluio.		1 (Baixo)	1 (Baixo)	1 (Baixo)	<u>Corretivas</u> 453. Desenvolver as ações previstas na lei para a desocupação do imóvel (se for o caso) ou para cessar a sua utilização indevida; 454. Caso exista competência para tal, instaurar procedimento disciplinar ou participar à entidade competente para o efeito, ou comunicar o facto à(s) entidade(s) competente(s).		
	61.Gestão de equipamento militar, armamento e munições	109. Extravio, uso indevido ou desvio	R2 - Risco de imagem.	Sim	1 (Baixo)	3 (Alto)	3 (Médio)	<u>Preventivas</u> 455. Garantir um adequado sistema de controlo interno na distribuição e receção do material;	X	
			R13 - Risco de responsabilidade civil, criminal, financeira (sancionatória e reintegratória).		1 (Baixo)	3 (Alto)	3 (Médio)	456. Cumprir as Instruções de Segurança Militar e restante normativo em vigor (SEGNAC 1); 457. Garantir a credenciação de todos os militares e civis com acesso a estes artigos; 458. Realização de inventários frequentes nas UEO; 459. Garantir a existência do sistema SICAVE nos locais de armazenamento destes artigos; 460. Assegurar o cumprimento rigoroso das normas estabelecidas no que respeita a processos de abates e autos.		
	61.Gestão de equipamento militar, armamento e munições	109. Extravio, uso indevido ou desvio	R27 - Risco de abuso de poder.		1 (Baixo)	3 (Alto)	3 (Médio)	<u>Detetivas</u> 461. Efetuar a verificação destes através das inspeções realizadas pela IGE e inspeções extraordinárias pelo CmdLog;		
			R28 - Risco de conluio.		1 (Baixo)	2 (Médio)	2 (Médio)			

ÁREA / PROCESSO	SUB-ÁREA / SUBPROCESSO	EVENTO / POTENCIAL SITUAÇÃO DE RISCO	RISCOS IDENTIFICADOS	POTENCIAL CONFLITO DE INTERESSES	GP	GI	GR	MEDIDAS DE CONTROLO	CONTRIBUI PARA O PPR EXÉRCITO	CONTRIBUI PARA O PPR U/E/O
								462. Efetuar contagens físicas dos artigos; 463. Registrar em balanços e inventários de acordo com normas em vigor. <u>Corretivas</u> 464. Atuar criminalmente sempre que se encontrem falhas nos termos das normas em vigor; 465. Atuar criminalmente sempre que detetada a violação das incitações ou indícios.		
		110.Segurança no armazenamento e transporte	R2 - Risco de imagem. R7 - Risco de falha de infraestruturas e equipamentos. R15 - Risco de segurança e saúde no trabalho. R16 – Risco para o ambiente. R19 - Risco de segurança da informação.	Não	1 (Baixo) 1 (Baixo) 1 (Baixo) 1 (Baixo) 1 (Baixo)	3 (Alto) 3 (Alto) 3 (Alto) 2 (Médio) 3 (Alto)	3 (Médio) 3 (Médio) 3 (Médio) 2 (Médio) 3 (Médio)	<u>Preventivas</u> 466. Cumprir escrupulosamente os procedimentos previstos no normativo, nomeadamente: Diretiva n.º 41/CEME/18; Diretiva n.º 45/CEMGFA/17; AASTP-1; AMovP-06; ADR; RID; IATA- e o IMO-IMDG Code; 467. Garantir o armazenamento e separação de Munições Explosivos e Artigos de Fogo (MEAF) de acordo com a Diretiva 45/CEMGFA/17 e AASTP-1, assegurando, entre outros, a segregação por grupos de compatibilidade e o cumprimento da capacidade máxima dos locais de armazenamento; 468. Garantir o bom estado dos locais de armazenamento/manuseamento de Material Militar; 469. Efetuar o controlo de qualidade das existências, por intermédio de testes e análises periódicas, avaliando a estabilidade térmica, química e física dos materiais energéticos de forma a assegurar a segurança do seu armazenamento, transporte e consumo e eventual extensão da sua vida útil; 470. Garantir que todos os militares que manuseiam Material Militar no âmbito do armazenamento e transporte, com especial ênfase nas MEAF, sejam possuidores de credenciação e formação prevista. <u>Detetivas</u> 471. Realizar inspeções de verificação do cumprimento do normativo aplicável; 472. Realizar registos de temperatura, humidade e outros parâmetros nos locais de armazenamento dos materiais energéticos; 473. Inspeccionar regularmente as condições de armazenamento, garantindo a existência de evidências dessas ações; 474. Efetuar o controlo/conferência física dos inventários, garantindo o seu rastreamento, registo e a tomada de medidas apropriadas quanto às discrepâncias detetadas. <u>Corretivas</u> 475. Corrigir falhas detetadas; 476. Rever o normativo caso sejam detetadas oportunidades de melhoria dos procedimentos; 477. Atualização dos processos de gestão de controlo ciclo de vida de MEAF.	X	
	62. Processos de abate	111.Abate de bens de imobilizado	R16 – Risco para o ambiente. R22 - Risco normativo. R25 - Risco de peculato.	Sim	2 (Médio) 2 (Médio) 2 (Médio)	2 (Médio) 2 (Médio) 2 (Médio)	4 (Médio) 4 (Médio) 4 (Médio)	<u>Preventivas</u> 478. Assegurar que a empresa que procede ao abate dos bens possui licença para a correta gestão ambiental do respetivo resíduo; 479. Assegurar que os abates ocorrem apenas no CRC/RMan e GRCA/UAGME e não nas UEO (Decreto-Lei n.º 48/89 de 22Fev - Alienação Material Guerra; Decreto-Lei n.º 223/92, de 20Out (alteração ao Decreto-Lei n.º 48/89 de 22Fev); PDE 4-46-00 – Sistema Logístico do Exército; 480. Garantir que o processo decorre em SIG/DN, havendo obrigatoriamente parecer da DMSA e autorização do CmdLog. <u>Detetivas</u> 481. Efetuar a verificação dos processos e conformidade dos arquivos; 482. Verificar a existência dos certificados e das e-GAR. <u>Corretivas</u> 483. Comunicação junto das entidades responsáveis na gestão ambiental (APA); Atuar criminalmente sempre que se encontrem falhas nos termos das normas em vigor.	X	
	63.Gestão de combustíveis	112.Metodologia de controlo de consumos de combustível inadequada.	R23 - Risco de fraude ou corrupção. R27 - Risco de abuso de poder. R28 - Risco de conluio.	Sim	1 (Baixo) 1 (Baixo) 1 (Baixo)	1 (Baixo) 1 (Baixo) 1 (Baixo)	1 (Baixo) 1 (Baixo) 1 (Baixo)	<u>Preventivas</u> 484. Controlar o abastecimento e consumo, estabelecendo normas e mecanismos, identificando os requisitantes e o objetivo da necessidade; 485. No âmbito das viaturas, assegurar que o controlo de abastecimento e consumo seja efetuado através do sistema informático de gestão de frota; 486. Limitação do acesso de pessoal às áreas de armazenamento de combustíveis; 487. Garantir a rotatividade anual de pessoal empenhado na guarda e armazenamento de materiais. <u>Detetivas</u> 488. Controlar as existências físicas de combustíveis e lubrificantes. 489. Inspeções por amostragem (IGE);	X	

ÁREA / PROCESSO	SUB-ÁREA / SUBPROCESSO	EVENTO / POTENCIAL SITUAÇÃO DE RISCO	RISCOS IDENTIFICADOS	POTENCIAL CONFLITO DE INTERESSES	GP	GI	GR	MEDIDAS DE CONTROLO	CONTRIBUI PARA O PPR EXÉRCITO	CONTRIBUI PARA O PPR U/E/O
								490. Verificação e controlo periódico efetuado pela Secção de Logística de cada UEO; 491. Verificação regular das existências de combustíveis; 492. Controlo dos abastecimentos efetuados; 493. Controlo dos registos de receção e fornecimento de combustíveis. <u>Corretivas</u> 494. Atuar criminalmente sempre que detetada a violação das incitações ou indícios de tal; 495. Implementar novos mecanismos de controlo.		
		113.Utilização indevida dos Cartões de abastecimento eletrónico	R20 - Risco legal. R21 - Risco de regularidade financeira.	Sim	1 (Baixo) 1 (Baixo)	1 (Baixo) 1 (Baixo)	1 (Baixo) 1 (Baixo)	<u>Preventivas</u> 496. Garantir um sistema de controlo, com segregação de funções. <u>Detetivas</u> 10. Efetuar auditorias internas aos processos de aquisição, no sentido de confirmação do cumprimento do normativo legal e do normativo interno. <u>Corretivas</u> 415. Efetuar processo de averiguações.	X	
	64.Gestão de viaturas	114.Utilização indevida de viaturas administrativas	R23 - Risco de fraude ou corrupção. R24 - Risco de tráfico de influências. R27 - Risco de abuso de poder.	Sim	1 (Baixo) 1 (Baixo) 1 (Baixo)	1 (Baixo) 1 (Baixo) 1 (Baixo)	1 (Baixo) 1 (Baixo) 1 (Baixo)	<u>Preventivas</u> 497. Cumprimento do regulamento de utilização de viaturas e despachos de atribuição de veículos (Decreto-Lei n.º 430/86, de 30Dec - Regulamento da Administração dos Transportes das Forças Armadas em Tempo de Paz; Portaria n.º 23 091/1967, de 27Dec - Regime Jurídico do Parque de Veículos do Estado (PVE); Regulamento de Uso de Viaturas nas Forças Armadas (RUVIATFA); Regulamento da Utilização, Condução e Trânsito das Viaturas do Exército); 498. Reforço das ações de fiscalização da Polícia do Exército (PE). <u>Detetivas</u> 499. Realizar ações de fiscalização da execução do plano de utilização de viaturas militares. <u>Corretivas</u> 500. Divulgação do normativo aplicável à utilização das viaturas administrativas; 501. Reforço da formação no âmbito da utilização das viaturas administrativas.	X	
13.Inovação e Experimentação	67.Propriedade intelectual	117.Não adoção de medidas adequadas para proteger as ideias, tecnologias e inovações desenvolvidas pelo investigador ou o Exército. Fuga de informações confidenciais, plágio por concorrentes ou mesmo disputas legais por direitos de propriedade intelectual não adequadamente registados.	R19 - Risco de segurança da informação. R25 - Risco de peculato.	Sim	1 (Baixo) 1 (Baixo)	3 (Alto) 3 (Alto)	3 (Médio) 3 (Médio)	<u>Preventivas</u> 509. Adotar políticas de segurança da informação, acordos de confidencialidade e procedimentos de registo de patentes.	X	
15.Operações Militares Terrestres	74.Treino Operacional	130.Execução das tarefas/ atividades no âmbito do Treino Operacional	R1 – Risco de continuidade de atividade R2 - Risco de imagem R4 - Risco de avaliação de desempenho R5 - Risco de liderança R9 - Risco de gestão do conhecimento e de aprendizagem organizacional R12 - Risco de aumento dos custos organizacionais R15 - Risco de segurança e saúde no trabalho	Não	1 (Baixo) 1 (Baixo) 2 (Médio) 2 (Médio) 2 (Médio) 2 (Médio) 2 (Médio) 2 (Médio)	2 (Médio) 2 (Médio) 2 (Médio) 2 (Médio) 2 (Médio) 1 (Baixo) 2 (Médio)	2 (Baixo) 2 (Baixo) 4 (Médio) 4 (Médio) 4 (Médio) 2 (Baixo) 4 (Médio)	<u>Preventivas:</u> 527. Cumprimento das regras e critérios estabelecidos de acordo com a Estratégia do Sistema de Comunicação do Exército e com a NAT 04.03, do Comando das Forças Terrestres. 528. Planeamento e programação do treino operacional (PITOP) 529. Elaboração da documentação estruturante dos eventos de treino (EXPLAN, EXPEC) 530. Definição e aplicação de modelo de gestão de risco; <u>Detetivas:</u> 531. Condução do processo de lições aprendidas 532. Constituição de uma estrutura responsável pela aplicação do modelo de gestão da informação e do conhecimento <u>Corretivas:</u> 533. Implementação do resultado do processo de Lições Aprendidas <u>Prescritivas:</u> 534. Elaboração de TTP	X	
		131.Execução de treino de Defesa NBQR	R1 – Risco de continuidade de atividade R9 - Risco de gestão do	Não	1 (Baixo) 2	3 (Alto) 2	3 (Médio) 4	<u>Preventivas:</u> 535. Garantir a manutenção do conhecimento de Defesa NBQR através da execução de treino <u>Corretivas:</u>	X	

ÁREA / PROCESSO	SUB-ÁREA / SUBPROCESSO	EVENTO / POTENCIAL SITUAÇÃO DE RISCO	RISCOS IDENTIFICADOS	POTENCIAL CONFLITO DE INTERESSES	GP	GI	GR	MEDIDAS DE CONTROLO	CONTRIBUI PARA O PPR EXÉRCITO	CONTRIBUI PARA O PPR U/E/O
			conhecimento e de aprendizagem organizacional		(Médio)	(Médio)	(Médio)	533. Implementação do resultado do processo de Lições Aprendidas		
	77.Condução de Operações de Apoio Civil e de Apoio Militar de Emergência	136.Disciplina e Uniformização dos militares	R1 – Risco de continuidade de atividade R2 – Risco de imagem	Não	2 (Médio)	2 (Médio)	4 (Médio)	<u>Preventivas</u> 547. Elaboração de protocolos e/ou documentação específica; 548. Disponibilização de fardamento e equipamento militar apropriado; 549. Revista prévia antes da saída dos militares 550. Formação específica civil-militar 527. Cumprimento das regras e critérios estabelecidos de acordo com a Estratégia do Sistema de Comunicação do Exército e com a NAT 04.03, do Comando das Forças Terrestres. <u>Corretivas</u> 551. Formação complementar na área da comunicação	X	
		137.Execução das tarefas/ atividades no âmbito da Condução de Operações	R1 - Risco de continuidade de atividade R15 - Risco de segurança e saúde no trabalho	Não	2 (Médio) 2 (Médio)	2 (Médio) 2 (Médio)	4 (Médio) 4 (Médio)	<u>Preventivas</u> 530. Definição e aplicação de modelo de gestão de risco 552. Planeamento detalhado das atividades	X	
		138.Acidente de trabalho na Condução das Operações	R1 - Risco de continuidade de atividade R7 – Risco de falha de infraestruturas e equipamentos; R15 – Risco de segurança e saúde no trabalho	Não	2 (Médio) 2 (Médio) 2 (Médio)	3 (Médio) 3 (Médio) 3 (Médio)	4 (Médio) 4 (Médio) 4 (Médio)	<u>Preventivas</u> 553. Distribuição de EPI 554. Plano de Manutenção de viaturas e equipamentos 125. Formação específica para a atividade 530. Definição e aplicação de modelo de gestão de risco <u>Corretivas</u> 555. Formação complementar 541. Implementação do resultado do processo de Lições Aprendidas	X	
	78.Cerimónias Militares	139.Execução das tarefas/ atividades no âmbito protocolar e da promoção institucional do Exército	R1 – Risco de continuidade de atividade R2 – Risco de imagem	Não	2 (Médio) 2 (Médio)	2 (Médio) 2 (Médio)	4 (Médio) 4 (Médio)	<u>Preventivas</u> 556. Elaboração de documentação estruturante para a execução 557. Planeamento das atividades 527. Cumprimento das regras e critérios estabelecidos de acordo com a Estratégia do Sistema de Comunicação do Exército e com a NAT 04.03, do Comando das Forças Terrestres. <u>Corretivas</u> 541. Implementação do resultado do processo de Lições Aprendidas	X	
	79.Segurança física – Medidas Ativas e Passivas	140.Tarefas de segurança das instalações	R7 - Risco de falha de infraestruturas e equipamentos;	SIM	1 (Baixo)	3 (Alto)	3 (Médio)	<u>Preventivas</u> 558. Reforçar a cultura de segurança através de ações de formação e palestras 559. Garantir o cumprimento das normas e procedimentos de controlo de acessos as áreas militares. 560. Realizar testes aos equipamentos de segurança 561. Testar e validar os planos de segurança. <u>Detetivas</u> 562. Realizar inspeções e verificações de segurança regulares. 563. Relatórios de segurança e serviço diário <u>Corretivas</u> 564. Realizar a reparação e substituição de equipamentos que apresentem falhas ou anomalias. 541. Implementação do resultado do processo de Lições Aprendidas	X	
16.Saúde	80.Consulta	141.Acesso aos serviços médicos, sanitários e/ou veterinários	R2 - Risco de Imagem R24 - Risco de tráfico de influências R27 - Risco de abuso de poder	Sim	1 (Baixo) 2 (Médio) 1 (Baixo)	2 (Médio) 2 (Médio) 2 (Médio)	2 (Baixo) 4 (Médio) 2 (Médio)	<u>Preventivas:</u> 565. Definição de normas de acesso aos serviços (consultas) e sistemas informáticos de apoio. 373. Registo informático das permissões dos utilizadores de acessos às bases de dados, atribuição de perfis diferenciados para cada utilizador e atualização dos perfis de acesso; <u>Detetivas:</u> 566. Assegurar a realização de análise estatística por profissional; 127. Processos de averiguações no decurso de queixas/ reclamações. <u>Corretivas:</u> 567. Regularizar as situações de incumprimento detetadas. <u>Prescritivas:</u> 91. Manual de Procedimentos; 85. Código de Ética Profissional.		X

ÁREA / PROCESSO	SUB-ÁREA / SUBPROCESSO	EVENTO / POTENCIAL SITUAÇÃO DE RISCO	RISCOS IDENTIFICADOS	POTENCIAL CONFLITO DE INTERESSES	GP	GI	GR	MEDIDAS DE CONTROLO	CONTRIBUI PARA O PPR EXÉRCITO	CONTRIBUI PARA O PPR U/E/O
		142.Desvio de utentes para entidades privadas exteriores às Forças Armadas	R25 - Risco de peculato R27 - Risco de abuso de poder	Sim	1 (Baixo) 1 (Baixo)	2 (Médio) 2 (Médio)	2 (Baixo) 2 (Baixo)	<u>Preventivas:</u> 568. Estabelecer protocolos com Entidades exteriores, para assegurar o fornecimento das consultas externas, nos casos que o justifiquem. <u>Detetivas:</u> 566. Assegurar a realização de análise estatística por profissional; 569. Realização de controlo médico nas situações suspeitas; 127. Processos de averiguações no decurso de queixas/ reclamações. <u>Corretivas:</u> 117. Advertências/punições nas situações detetadas. <u>Prescritivas:</u> 85. Código de Ética Profissional.		X
	81.Medicamentos e consumíveis	144.Sistema de controlo interno de gestão da área do medicamento e consumíveis	R20 - Risco legal R25 – Risco de peculato R28 - Risco de conluio	Sim	1 (Baixo) 1 (Baixo) 1 (Baixo)	3 (Alto) 3 (Alto) 3 (Alto)	3 (Médio) 3 (Médio) 3 (Médio)	<u>Preventivas:</u> 582. Divulgação de manuais de procedimentos e boas práticas, nas várias áreas do medicamento que garantam a sua qualidade, desde a sua aquisição ou produção até ao consumo, bem como a sua gestão eficiente; 583. Garantir que todos os consumos de material sejam justificados com base em documentos de requisição interna; 584. Implementar um sistema de controlo das existências, possibilitando a qualquer momento proceder à contagem física do material e à sua confrontação com os registos. <u>Detetivas:</u> 585. Aleatoriamente, realizar junto dos responsáveis dos locais de armazenagem, contagens físicas inopinadas; 586. Avaliar o histórico das aquisições/fornecedores com origem nas necessidades manifestadas pelos requisitantes. <u>Corretivas:</u> 587. Proceder à atualização dos registos contabilísticos.	X	
	82.Gestão de processo	145.Gestão da informação clínica	R2 - Risco de Imagem R13 - Risco de responsabilidade civil, criminal, financeira (sancionatória e reintegratória) R19 - Risco de segurança da informação R25 – Risco de peculato	Sim	1 (Baixo) 2 (Médio) 2 (Médio) 1 (Baixo)	3 (Alto) 2 (Médio) 2 (Médio) 2 (Médio)	4 (Médio) 4 (Médio) 4 (Médio) 4 (Médio)	<u>Preventivas:</u> 588. Predefinição de níveis de acesso à informação, em suporte físico ou digital; 373. Registo informático das permissões dos utilizadores de acessos às bases de dados, atribuição de perfis diferenciados para cada utilizador e atualização dos perfis de acesso; 126. Realização de reuniões KAIZEN. <u>Detetivas:</u> 127. Processos de averiguações no decurso de queixas/ reclamações <u>Corretivas:</u> 128. Melhoria de processos e controlo; 131. Ações de formação direcionadas. <u>Prescritivas:</u> 91. Manual de Procedimentos; 85. Código de Ética Profissional.		X
		146.Registo e faturação de atos médicos/episódios clínicos	R11 - Risco financeiro R27 - Risco de abuso de poder	Sim	1 (Baixo) 1 (Baixo)	2 (Médio) 2 (Médio)	2 (Baixo) 2 (Baixo)	<u>Preventivas:</u> 589. Definição de normas de registo e de faturação de atos médicos/episódios clínicos; 590. Confirmação do ato médico realizado através de assinatura; 591. Emissão de relações de atos médicos/episódios clínicos, não faturados. <u>Detetivas:</u> 592. Análise estatística dos atos médicos/episódios clínicos, discriminada por profissional; 593. Verificação, por amostragem, de processos clínicos. <u>Corretivas:</u> 363. Corrigir as situações de incumprimento detetadas. <u>Prescritivas:</u> 91. Manual de Procedimentos; 85. Código de Ética Profissional.		X

Quadro 7 – Matriz de riscos de corrupção e infrações conexas da Escola dos Serviços.



“Audax in intellectu et in labore”



exercito.pt

